

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Um estudo sobre a desigualdade no Brasil sob a visão de
Thomas Piketty**

Rômulo Vittorio Benito Vitagliano
Matrícula nº: 109105997

ORIENTADOR: Professor Fábio Sá Earp

Março 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**Um estudo sobre a desigualdade no Brasil sob a visão de
Thomas Piketty**

Rômulo Vittorio Benito Vitagliano
Matrícula nº: 109105997

ORIENTADOR: Professor Fábio Sá Earp

Março 2015

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma me apoiaram em minha formação acadêmica. E foram muitos. Primeiramente, agradeço a Deus e à oportunidade de poder me expressar nesta vida maravilhosa.

Agradeço especialmente à minha mãezinha querida, Edelvais, que como a flor homônima, é capaz de suportar as maiores adversidades sem perder seu encanto e beleza.

Agradeço a meu pai, Rômulo, grande conselheiro e parceiro para qualquer hora.

Agradeço às minhas irmãs, Catherine, Livia e Karina, pela paciência que têm comigo, por me ensinarem a ter paciência e o mais importante, por tanto alegrarem a minha vida.

Agradeço ao Tio Paulo e à Tia Cecília, pelo apoio incondicional que tanto me deram, e continuam dando, ao longo da minha vida.

Agradeço à minha namorada, Noemia, por iluminar a minha vida com toda a sua beleza, amor e carinho. E por ser a minha grande inspiração.

Agradeço à minha avó Verinha, e à minha grande e alegre família. Agradeço também aos meus antepassados, pelas virtudes que me deixaram.

Agradeço a todos os meus amigos, tantos para enumerar, por toda alegria e todos os bons momentos vividos.

Agradeço ao Colégio Militar do Rio de Janeiro, por me proporcionar valores e formação da mais alta qualidade.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto de Economia, a todos os funcionários e professores, por me proporcionarem excelente formação acadêmica. Em especial, agradeço ao meu orientador, Fábio Sá Earp, por aceitar me guiar nesta última etapa da graduação.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo comparar dados brasileiros sobre desigualdade econômica com os resultados do estudo de Thomas Piketty – sobre a evolução da concentração de renda e riqueza nos países desenvolvidos – publicado recentemente em “O capital no século XXI”. Primeiramente, apresenta-se o trabalho de Piketty no capítulo 1, procurando-se abordar de forma objetiva a dinâmica de longo prazo do processo de concentração da renda e da riqueza.

A seguir, na primeira seção do capítulo 2, apresenta-se dados acerca da evolução da distribuição da renda e da riqueza no Brasil a partir de estudos com base em pesquisas domiciliares e em dados tributários. Em seguida, são apresentados estudos sobre as principais características da carga tributária brasileira, procurando-se expor seus impactos sobre a distribuição da renda e riqueza. Por fim, compara-se os dados sobre a evolução da desigualdade no Brasil – mais especificamente após 1960, quando surgem as primeiras pesquisas bem fundamentadas sobre a concentração da renda – com o estudo apresentado no primeiro capítulo.

ABSTRACT

This study's objective is to compare the Brazilian data referring to economic inequality with the results obtained in Thomas Piketty's study – about the income and concentration evolution in developed countries – recently published in “Capital in the twenty-first century”. Firstly, it's presented Piketty's work in chapter 1, in which it's aimed to approach objectively the long term dynamics of income and wealth concentration process.

After that, in the first section of chapter 2, it's presented data over the evolution of income and wealth distribution in Brazil, utilizing studies based on domiciliary researches and on tax data. In the following, it's presented studies over the main characteristics of the brazilian tax system, focusing on its impacts on income and wealth distribution. Finally, this study compares the data of inequality evolution in Brazil – more specifically after 1960, when start the first well based studies on income concentration – with the study presented in the first chapter.

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO	10
I. RESUMO DO ESTUDO DE THOMAS PIKETTY SOBRE A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA E DA RENDA	
1.1. Introdução	12
1.2. Metodologia e fonte de dados.....	12
1.3. O mecanismo de divergência $r > g$	13
1.3.1. A razão capital/renda no longo prazo	13
1.3.2. As regras fundamentais do capitalismo	14
1.3.3. Crescimento per capita no longo prazo.....	17
1.3.4. A taxa de retorno pura do capital no longo prazo.....	20
1.4. A evolução do estoque de capital.....	21
1.4.1. As metamorfoses do capital	21
1.4.2. A desigualdade extrema do capital	24
1.4.3. Os choques do capital no século XX	26
1.4.4. O surgimento da classe média patrimonial no século XX.....	28
1.5. Desigualdade entre renda do capital e renda do trabalho	28
1.5.1. Desigualdade na renda do trabalho.....	29
1.5.2. O surgimento dos “supermanagers” nos países Anglo-Saxões	30
1.6. O papel do mérito e da herança no longo prazo	33
1.6.1. Fluxo fiscal e fluxo econômico	33
1.6.2. O fluxo econômico b_y	34
1.6.3. A mortalidade no longo prazo	35
1.6.4. A evolução de “ μ ”	36
1.6.5. O efeito $\mu \times m$	38
1.7. Estado social e tributação progressiva sobre a renda	40
1.7.1. A tributação progressiva no século XX.....	40
1.7.2. O Estado Social no século XX	42
1.7.3. Os ganhos de escala do capital	44

1.7.3.1. A evolução do topo da riqueza mundial	44
1.7.3.2. O caso das universidades norte-americanas	46
1.7.3.3. Herdeiros <i>versus</i> empreendedores	47
1.8. Uma proposta de tributação progressiva sobre o capital	48

II. DADOS SOBRE A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM O ESTUDO DE PIKETTY

2.1. Introdução	50
2.2. A distribuição da renda	50
2.2.1. A distribuição da renda no prazo segundo dados de pesquisas domiciliares	50
2.2.2. A distribuição baseada em dados tributários segundo Medeiros <i>et alii</i> (2014)	52
2.2.2.1. Objetivos e principais conclusões	52
2.2.2.2. Metodologia	53
2.2.2.3. O nível e a evolução da desigualdade nos dados da DIRPF.....	54
2.2.2.4. Comparação com pesquisas domiciliares	56
2.2.3. A distribuição funcional da renda.....	58
2.3. A distribuição da riqueza no Brasil no longo prazo	60
2.4. A carga tributária no Brasil	61
2.4.1. A evolução dos gastos sociais através do século XX.....	61
2.4.2. A regressividade da carga tributária brasileira	63
2.5. A proposta de tributação nos moldes de Piketty	64
2.5.1. A trajetória da desigualdade brasileira vs Piketty	64
2.5.2. A proposta de Piketty para o caso brasileiro	66
CONCLUSÃO	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS:

Gráfico 1.1. O capital no Reino Unido, 1700-2010	14
Gráfico 1.2. O capital na França, 1700-2010	14
Gráfico 1.3. O capital privado nos países ricos, 1970-2010	16

Gráfico 1.4. Taxa de crescimento da população mundial desde a Antiguidade até 2100	20
Gráfico 1.5.O rendimento puro do capital no Reino Unido, 1770-2010	20
Gráfico 1.6. O rendimento puro do capital na França, 1820-2010	21
Gráfico 1.7.O capital na Alemanha, 1870-2010.....	21
Gráfico 1.8. O capital nos Estados Unidos, 1770-2010	22
Gráfico 1.9.Capital privado e público no Reino Unido, 1700-2010	23
Gráfico 1.10. Capital privado e público na França, 1700-2010	23
Gráfico 1.11.O capital nacional nos países ricos, 1970-2010	24
Gráfico 1.12. Desigualdade da riqueza na França, 1810-2010	25
Gráfico 1.13. Desigualdade da riqueza no Reino Unido, 1810-2010	25
Gráfico 1.14. Desigualdade da riqueza na Suécia, 1810-2010	26
Gráfico 1.15. O capital nacional na Europa, 1870-2010	27
Gráfico 1.16. A taxa superior de imposto sobre a renda, 1900-2013	27
Gráfico 1.17. A alta renda e o alto salário nos Estados Unidos, 1910-2010	30
Gráfico 1.18. A queda dos rentistas na França, 1910-2010	30
Gráfico 1.19. Decomposição do décimo superior nos Estados Unidos, 1910-2010	31
Gráfico 1.20. A composição das maiores rendas nos Estados Unidos em 2007	32
Gráfico 1.21. A desigualdade da renda nos países Anglo-Saxões, 1910-2010	33
Gráfico 1.22. A desigualdade da renda: Europa continental e Japão, 1910-2010	33
Gráfico 1.23. Fluxo anual de heranças expresso em porcentagem da renda nacional	35
Gráfico 1.24. Taxa de mortalidade na França, 1820-2100	36
Gráfico 1.25. Razão entre patrimônio médio no óbito e patrimônio médio dos vivos na França, 1820-2010	37
Gráfico 1.26. Idade média dos falecidos e dos herdeiros na França, 1820-2100	39
Gráfico 1.27. Fluxo de herança e taxa de mortalidade na França, 1820-2010	40
Gráfico 1.28. A taxa superior de imposto sobre a herança, 1900-2013	41
Gráfico 1.29. Receitas fiscais nos países ricos, 1870-2010	44
Gráfico 1.30. Os bilionários segundo o ranking da <i>Forbes</i> , 1987-2013.....	45
Gráfico 2.1. O índice de Gini no Brasil desde 1960	52
Gráfico 2.2. Percentual da renda total apropriado pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos no Brasil, 2006-2012.....	55
Gráfico 2.3. Percentual da renda apropriada pelo 1% mais rico com diferentes definições de renda total no Brasil, 2006-2012.....	55
Gráfico 2.4. Percentual da renda apropriada pelo 1% mais rico com diferentes definições de população total no Brasil, 2006-2012.....	56

Gráfico 2.5. Fração da renda total apropriada pelo 1% mais rico nos dados tributários e nas pesquisas domiciliares no Brasil, 2006-2012.....	57
Gráfico 2.6. Fração da renda total apropriada pelos 5% mais ricos nos dados tributários e nas pesquisas domiciliares no Brasil, 2006-2012	58
Gráfico 2.7. Participação da renda do trabalho na renda total no Brasil, 1959-2009.....	60
Gráfico 2.8. Evolução da carga tributária no Brasil no pós-guerra	62
Gráfico 2.9. Carga Tributária x IDH: Países Seleccionados –2010	63

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1.1. Taxa de crescimento e taxa de poupança nos países ricos, 1970-2010.....	16
Tabela 1.2. Poupança privada nos países ricos, 1970-2010	17
Tabela 1.3. A lei do crescimento acumulado.....	18
Tabela 1.4. O crescimento da população por habitante desde a Revolução Industrial (taxa de crescimento anual média)	18
Tabela 1.5. A desigualdade da propriedade do capital no tempo e no espaço.....	28
Tabela 1.6. Perfil do patrimônio em função da idade na França, 1820-2010 (em % do patrimônio médio do grupo 50-59 anos)	38
Tabela 1.7. A taxa de crescimento das maiores riquezas mundiais, 1987-2013	46
Tabela 1.8. O retorno dos fundos das universidades.....	47
Tabela 2.1.Carga direta e indireta sobre a renda total das famílias, 1996 e 2003	64
Tabela 2.2. Contribuições por faixa de patrimônio segundo a proposta de Feghali.....	67

INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, a taxa média de crescimento econômico brasileira foi uma das maiores do mundo, e resultado de diversas políticas de desenvolvimento. Esse crescimento, porém, veio junto com aumento de concentração econômica e desigualdade social, tornando o Brasil um dos países mais desiguais do mundo no final do século.

Na primeira década do século XXI, os índices de concentração de renda, baseados em pesquisas domiciliares, iniciaram uma tendência de queda, que culminou em 2011 no menor índice de Gini calculado, desde 1960. Apesar disso, estudos recentes sobre a concentração da renda no Brasil mostram que a distribuição no topo da renda não se alterou nesse período. Esses estudos baseiam-se em dados tributários, que possuem melhor capacidade de captar as mais altas rendas, e até pouco tempo não haviam sido realizados no país.

Usando a mesma metodologia para calcular a evolução da concentração de renda e riqueza nos países desenvolvidos, Thomas Piketty – em seu livro recentemente publicado, “O capital no século XXI”¹ – procura analisar a dinâmica do processo de concentração da renda através de extensa pesquisa realizada em colaboração com diversos autores ao longo de 15 anos.

Este estudo, portanto, busca comparar os dados sobre a evolução da desigualdade socioeconômica no Brasil com os resultados do trabalho de Thomas Piketty, apontando os principais pontos convergentes e divergentes entre o processo de concentração da renda no Brasil e o processo de concentração nos países desenvolvidos, analisado por Piketty.

1. Seu livro foi lançado na França em 2013, e nos EUA e Brasil em 2014.

O presente trabalho é constituído de dois capítulos, além desta introdução. No primeiro capítulo apresenta-se estudo exposto em “O capital no século XXI”, que procura mostrar as forças que atuam determinando a evolução da distribuição da renda e da riqueza no longo prazo. A principal conclusão do estudo é a prevalência de forças que atuam em favor da concentração da renda no longo prazo, e a necessidade de se estabelecer tributação progressiva sobre o capital, em escala global.

No segundo capítulo, são expostos dados sobre a evolução da desigualdade socioeconômica brasileira. Primeiramente é abordada a distribuição da renda no longo prazo, comparando-se os estudos baseados em pesquisas domiciliares e estudos realizados a partir de dados tributários. Em seguida, aborda-se a distribuição funcional da renda no longo prazo e a distribuição da riqueza. Na penúltima seção do capítulo 2, são apresentadas as características da carga tributária brasileira e os seus efeitos sobre a distribuição da renda. Por fim, compara-se os dados do caso brasileiro com os resultados do estudo apresentado por Piketty.

Ressalta-se que, em virtude da extensa base de dados e pesquisa necessários à uma comparação completa, este trabalho visa apontar os principais pontos convergentes e divergentes entre o caso brasileiro e a tese proposta pelo, ainda recente, estudo de Thomas Piketty².

2. Para apresentar o estudo de Thomas Piketty, este trabalho utiliza o livro do autor, “O capital no século XXI”, lançado em 2014 no Brasil.

I. RESUMO DO ESTUDO DE THOMAS PIKETTY SOBRE A EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA E DA RENDA

1.1 Introdução

O estudo de Thomas Piketty procura mostrar a evolução da distribuição da renda e da riqueza, desde o fim do século XVIII até os dias de hoje, e identificar as forças que atuam no sentido de diminuir a desigualdade – forças de convergência – e as que atuam aumentando a desigualdade - forças de divergência. O autor foca sua análise nos países centrais, mais especificamente EUA, Reino Unido e França. A extensão temporal e confiabilidade nos dados determinaram a escolha dos países – ele também recorre com frequência aos dados da Alemanha, Japão e Suécia.

A principal conclusão do estudo é a prevalência das forças de divergência sobre as forças de convergência, onde a *taxa de retorno do capital* anual “ r ” é historicamente maior que a taxa de crescimento da renda “ g ”. Ao longo do tempo, essa diferença proporciona às classes mais ricas da sociedade a condição de reproduzir e aumentar seu estoque de capital, tornando a riqueza cada vez mais concentrada e subvertendo os valores meritocráticos sobre os quais se baseia a democracia.

1.2. Metodologia e fontes de dados

O estudo é baseado predominantemente em dois tipos de fontes de dados: relativas à desigualdade e distribuição de renda, e relativas à distribuição de riqueza e à relação desta última com a renda. Essas fontes são majoritariamente registros fiscais, cujos tipos pesquisados, quando diferentes, foram corrigidos para assegurar homogeneidade de dados e conceitos. O resultado dessa pesquisa pode ser encontrado no World Top Income Database (WTID).

Os dados relativos à riqueza possuem três tipos de dados históricos diferentes e complementares entre si: tributos sobre propriedade, sobre herança e riqueza e, finalmente, dados que permitem mensurar o estoque total de riqueza nacional por longo período de tempo.

Os principais indicadores utilizados no trabalho são baseados no conceito de renda nacional e de riqueza nacional, onde a primeira é a soma de toda renda disponível aos residentes de um dado país em um dado ano, a despeito da classificação legal desta renda. Paralelamente, o conceito de capital utilizado é definido como a soma total de ativos não humanos que podem ser possuídos e trocados em algum mercado. Considera-se então a identidade:

$$\text{Renda nacional} = \text{renda do trabalho} + \text{renda do capital}$$

Em seu estudo, Piketty considera equivalentes os conceitos de riqueza nacional e capital nacional. A riqueza nacional de um país é, portanto, a soma total de ativos financeiros e não financeiros dos seus residentes e governo, em um dado momento, menos o total de dívidas. Decorrem então as seguintes identidades:

$$\text{Riqueza nacional} = \text{Riqueza privada} + \text{riqueza pública}$$

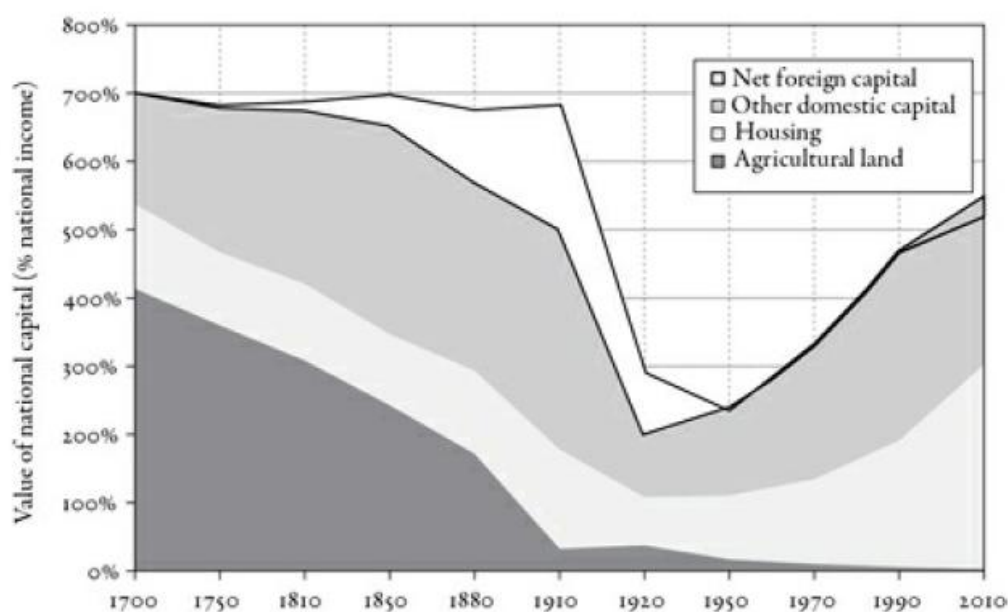
$$\text{Riqueza nacional} = \text{Capital nacional} = \text{Capital doméstico} + \text{capital líquido estrangeiro}$$

1.3. O mecanismo de divergência $r > g$

1.3.1. A razão capital/renda no longo prazo

O indicador utilizado para medir a importância relativa do estoque de capital nacional em relação à renda nacional é dado pela razão capital/renda, representada por β . Atualmente, nos países desenvolvidos, β varia entre 5 e 6 e o estoque de capital consiste praticamente em capital privado, uma vez que o capital público líquido gira em torno de zero – como será visto mais adiante.

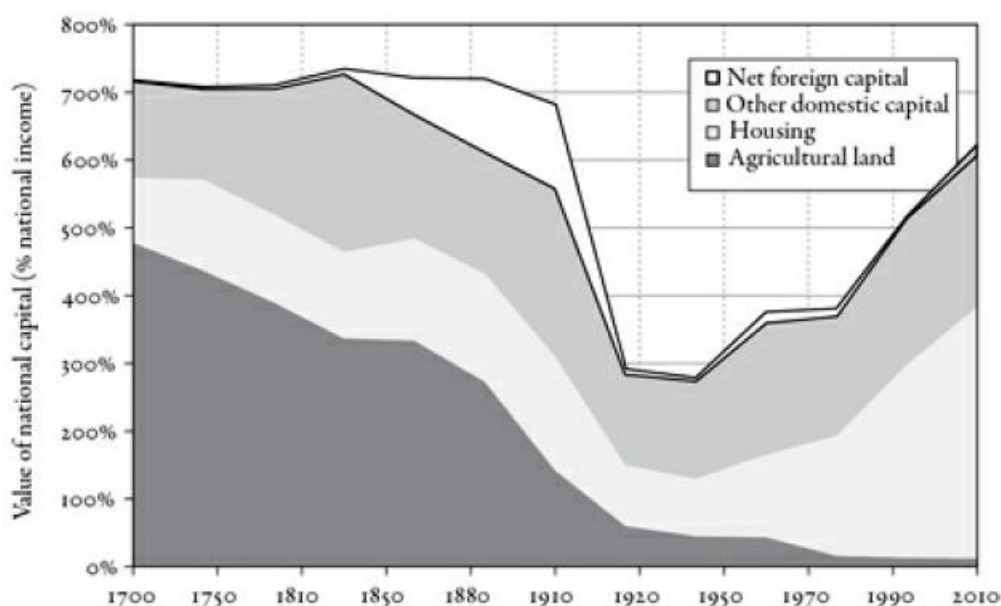
Gráfico 1.1. O capital no Reino Unido, 1700-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 118.

Os gráficos 1.1 e 1.2 mostram a evolução de β na França e Grã-Bretanha desde o século XVIII. Em ambos os gráficos notam-se dois fatos importantes: primeiramente, a trajetória estável de β em torno de 700% durante os séculos XVIII e XIX, sua queda no período das guerras mundiais e a nova trajetória ascendente a partir da década de 1950, que se acelerou na década de 1980. E em segundo lugar, a mudança da composição do estoque de capital nacional, com a terra agrícola perdendo valor frente aos demais ativos, em especial ativos domiciliares.

Gráfico 1.2. O capital na França, 1700-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 119.

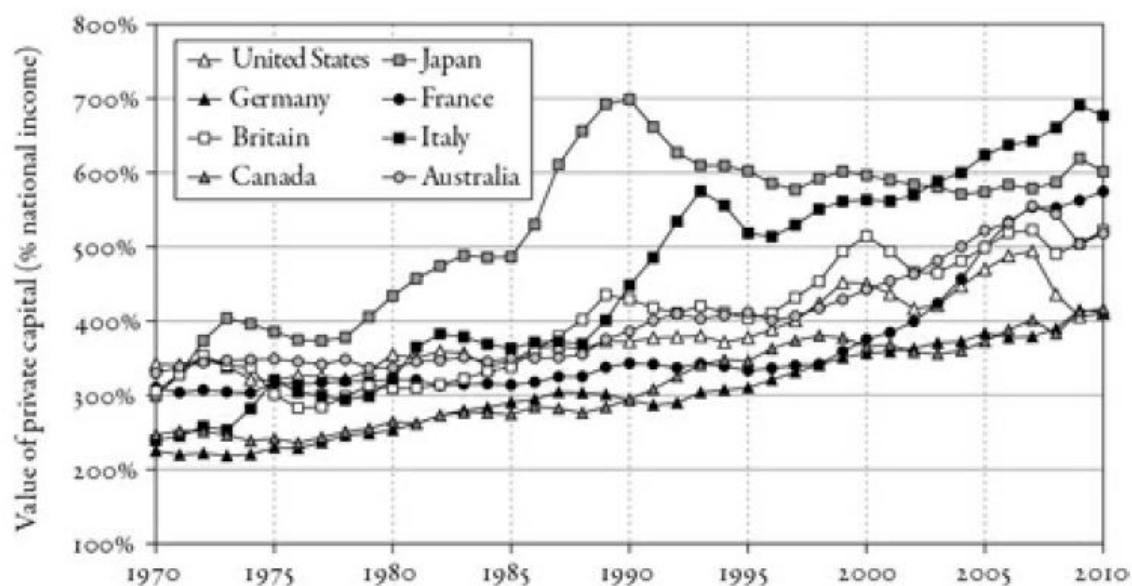
1.3.2. As regras fundamentais do capitalismo

A primeira regra fundamental do capitalismo é dada pela equação $\alpha = \beta \times r$. Essa regra representa uma identidade entre a *porcentagem da renda do capital sobre a renda nacional total*(α), a *taxa de retorno do capital*(r) e a *razão capital/renda*(β). A taxa de retorno do capital inclui as diversas formas de remuneração, independentemente da forma legal que esta assume (aluguéis, dividendos, lucros, royalties, juros etc.). Por exemplo, se uma economia possui estoque de capital cinco vezes o tamanho da sua renda nacional - ou seja, se possui β igual a 5 – ao passo que a *taxa de retorno média do capital*(r) nessa economia é 5% logo, a participação da renda do capital(α) nessa economia, sobre a renda total, será 25%.

A segunda regra fundamental é dada pela equação $\beta = s / g$, onde β está diretamente relacionado à relação *taxa de poupança*(s)/*taxa de crescimento*(g) de um país. Pela fórmula, uma alta taxa de poupança associada a um baixo nível de crescimento implica em alto nível de β no longo prazo. Esta é uma regra assintótica, pois é válida somente se ‘s’ e ‘g’ forem constantes por um longo período, o que implicaria que a razão capital/renda da economia tenderia ao valor β . Essa fórmula representa um estado de equilíbrio resultante de um processo dinâmico que na prática não é alcançado, mas é útil à medida que mostra que economias distintas com a mesma taxa de poupança podem, no longo prazo, atingir diferentes níveis de concentração do capital. Basta que suas taxas de crescimento sejam diferentes neste período – o que pode acontecer por diversos fatores como, por exemplo, crescimentos demográficos distintos.

Outro aspecto importante sobre a validade da segunda regra consiste na natureza do estoque de capital. Se este é composto significativamente por ativos não acumuláveis por seres humanos, ou seja, por recursos naturais cujo valor independe de qualquer melhoria via trabalho humano e investimento passado, então β será relativamente alto sem necessariamente estar relacionado com poupança anterior, e a relação $\beta = s / g$, comprometida. Da mesma forma, se analisada no curto prazo, é válida se o preço dos ativos acompanha a evolução dos preços ao consumidor. Se por exemplo, a economia é afetada por movimentos especulativos imobiliários, então o valor de mercado do capital imobiliário e, portanto, β será alto se comparado aos níveis de poupança predecessores. Assumindo-se que no longo prazo esses movimentos especulativos se anulam, a segunda regra torna-se válida.

Gráfico 1.3. O capital privado nos países ricos, 1970-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 170.

O gráfico 1.3 mostra a tendência de evolução do indicador β no período entre 1970-2010. Em 1970, o β dos países analisados variava entre 2 e 3,5. Em 2010, o mesmo evoluiu para valores entre 4 e 7. O principal fator indutor desse movimento é observado diretamente pela equação $\beta = s / g$, ou seja, baixo crescimento dos países centrais associado a altas taxas de poupança. Há outros dois fatores que, segundo Piketty, contribuíram em menor escala para essa evolução da razão capital/renda: o grande fluxo de capitais públicos para as mãos privadas nos anos 1970's e 1980's, por meio de privatizações, e o "catch-up" dos preços dos ativos imobiliários e financeiros, principalmente europeus e japoneses, mais intenso nas décadas de 1980 e 1990.

Tabela 1.1. Taxa de crescimento e taxa de poupança nos países ricos, 1970-2010

País	Taxa de crescimento da renda nacional (%)	Taxa de crescimento da população (%)	Taxa de crescimento da renda nacional per capita (%)	Poupança privada (líquida de depreciação) (% renda nacional)
EUA	2.8	1.0	1.8	7.7
Japão	2.5	0.5	2.0	14.6
Alemanha	2.0	0.2	1.8	12.2
França	2.2	0.5	1.7	11.1
Reino Unido	2.2	0.3	1.9	7.3
Itália	1.9	3	1.6	15.0
Canadá	2.8	1.1	1.7	12.1
Austrália	3.2	1.4	1.7	9.9

Fonte: Piketty, 2014, p. 164.

A queda de β no período entre as guerras (1914-1950) observada nos gráficos da seção 1.3 correlaciona-se diretamente ao baixo nível de poupança e à destruição de ativos decorrentes de guerra. Da mesma forma, o aumento do ritmo de crescimento de β na década de 1980 coincide com a desaceleração do crescimento econômico, ‘g’, especialmente dos países europeus (ver tabela 1.1).

Tabela 1.2. Poupança privada nos países ricos, 1970-2010

País	Poupança privada (líquida de depreciação) (% renda nacional)	Poupança líquida doméstica (%)	Poupança líquida corporativa (lucros retidos líquidos) (%)
EUA	7.7	4.6	3.1
Japão	14.6	6.8	7.8
Alemanha	12.2	9.4	2.8
França	11.1	9.0	2.1
Reino Unido	7.3	2.8	4.6
Itália	15.0	14.6	0.4
Canadá	12.1	7.2	4.9
Austrália	9.9	5.9	3.9

Fonte: Piketty, 2014, p. 164.

Nota-se na tabela 1.1 a diferença entre as proporções ‘s/g’ entre os países continentais europeus (e Japão), em contraste com os Estados Unidos. É importante ressaltar, porém, que a taxa de poupança considerada é composta pela poupança de indivíduos, bem como por lucros retidos por firmas, como pode ser visto na tabela 1.2.

1.3.3. O crescimento per capita no longo prazo

Para se estudar o comportamento da desigualdade e do crescimento econômico, é preciso ter em perspectiva em que medida taxas de crescimento de curto prazo – mesmo que relativamente baixas, porém constantes – impactam o longo prazo. A tabela 1.3 tem por objetivo mostrar esse efeito:

Tabela 1.3. A lei do crescimento acumulado

Uma taxa de crescimento anual de...	... equivale a uma taxa de cresc. em uma geração (30 anos) de...	...o mesmo que uma multiplicação por um coeficiente de...	...e uma multiplicação após 100 anos por um coeficiente de...	...e uma multiplicação após 1000 anos por um coeficiente de...
0,1%	3%	1,03	1,11	2,72
0,2%	6%	1,06	1,22	7,37
0,5%	16%	1,11	1,65	147
1,0%	35%	1,35	2,7	20959
1,5%	56%	1,56	4,43	2924437
2,0%	81%	1,81	7,24	398264652
2,5%	110%	2,1	11,8	52949930179
3,5%	181%	2,81	31,2	...
5,0%	332%	4,32	131,5	...

Fonte: Piketty, 2014, p. 81.

A tabela mostra, por exemplo, que taxas de crescimento de 1% em um período de trinta anos equivalem a um aumento de 35% em relação ao montante inicial. Se um aumento dessa magnitude for relativo a variáveis como estoque de capital (que, como será visto mais adiante, tem sua propriedade concentrada nas mãos de poucos), crescimento demográfico ou mesmo à renda per capita de uma sociedade, observa-se que tais taxas podem resultar em mudanças de grande impacto na sociedade nesse período.

Tabela 1.4. O crescimento da população por habitante desde a Revolução Industrial (taxa de crescimento anual média)

Anos	Produção mundial per capita (%)	Europa (%)	América (%)	África (%)	Ásia (%)
0-1700	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
1700-2012	0.8	1.0	1.1	0.5	0.7
1700-1820	0.1	0.1	0.4	0.0	0.0
1820-1913	0.9	1.0	1.5	0.4	0.2
1913-2012	1.6	1.9	1.5	1.1	2.0
1913-1950	0.9	0.9	1.4	0.9	0.2
1950-1970	2.8	3.8	1.9	2.1	3.5
1970-1990	1.3	1.9	1.6	0.3	2.1
1990-2012	2.1	1.9	1.5	1.4	3.8
1950-1980	2.5	3.4	2.0	1.8	3.2
1980-2012	1.7	1.8	1.3	0.8	3.1

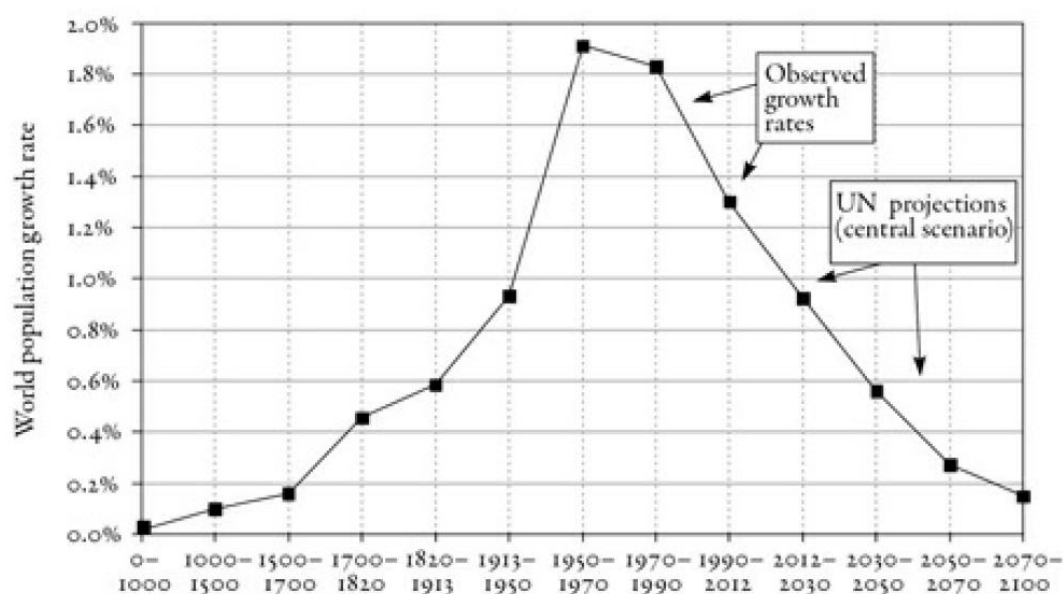
Fonte: Piketty, 2014, p. 97.

A tese central do estudo de Piketty consiste no impacto que uma diferença, mesmo que aparentemente pequena, entre o retorno do capital e o crescimento econômico pode ter no longo prazo sobre a distribuição da riqueza e da renda. A partir do estudo em perspectiva histórica sobre o crescimento econômico nos países centrais após a Revolução Industrial, o que se identifica é que altas taxas de crescimento econômico per capita (digamos, acima de 2%) são uma peculiaridade do século XX, especialmente do período pós-guerra (1950-1970), como mostra a tabela 1.4.

O estudo destaca também o papel equalizador do crescimento demográfico sobre a distribuição de renda e riqueza, uma vez que uma alta taxa deste último diminui a importância relativa da herança para as gerações posteriores. Quanto maior a quantidade de descendentes, menor é o montante herdado por cada um e, portanto, maior é a importância da renda gerada por seu próprio esforço. Da mesma forma, em sociedades de baixo crescimento demográfico, ou mesmo de crescimento demográfico negativo, a herança tem maior impacto entre gerações, uma vez que o montante herdado tende a se perpetuar através do baixo número de herdeiros.

De acordo com as principais projeções da ONU, a presente queda na taxa de crescimento populacional – taxa que já se apresenta negativa em alguns países da Europa ocidental – deve atingir 0,4% em meados de 2030 e ficar em torno de 0,1% na década de 2070, como mostra o gráfico 1.4.

Gráfico 1.4. Taxa de crescimento da população mundial desde a Antiguidade até 2100

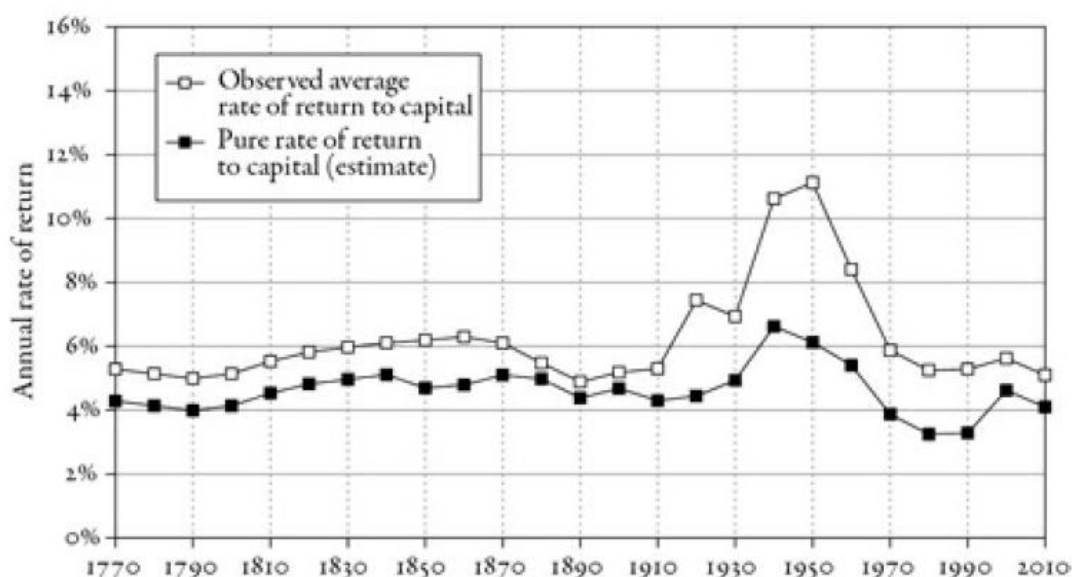


Fonte: Piketty, 2014, p. 84.

1.3.4. A taxa de retorno pura do capital no longo prazo

A taxa de retorno pura do capital foi calculada em perspectiva histórica para França e Grã-Bretanha. O cálculo dessas taxas foi feito através da divisão da renda anual do capital pelo estoque de capital, deduzida de estimativa dos custos informais de gerenciamento do capital. Os retornos obtidos são da ordem de 1% a 2% mais baixos que a taxa de retorno bruta, como mostram os gráficos 1.5 e 1.6.

Gráfico 1.5. O rendimento puro do capital no Reino Unido, 1770-2010

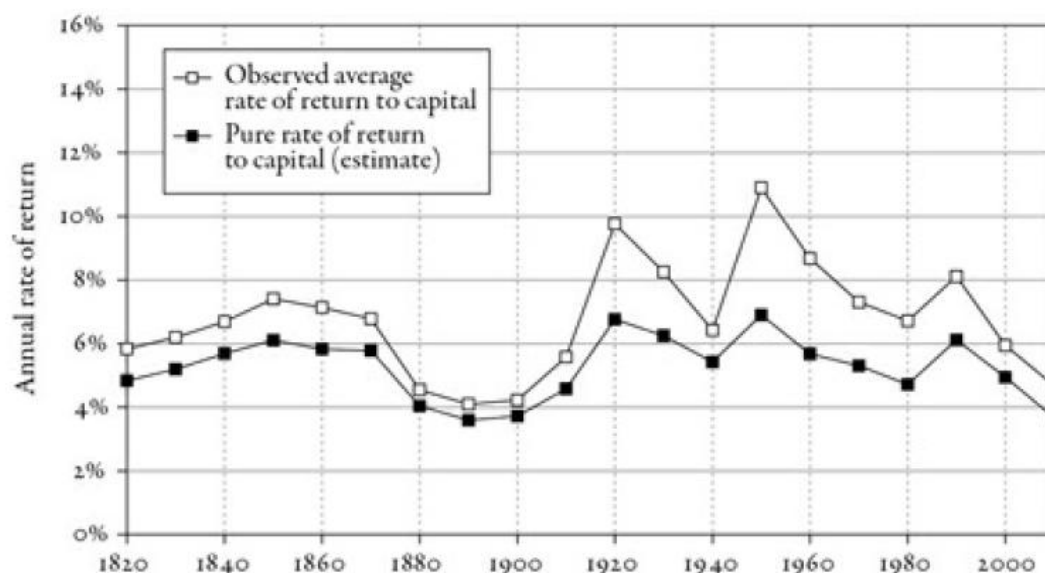


Fonte: Piketty, 2014, p. 199.

A partir das estimativas de Piketty, observa-se que na França e Grã-Bretanha, a taxa de retorno pura anual, do século XVIII ao XXI, ficou em torno de 4% e 5%. Em consequência à destruição em massa de ativos pelas Grandes Guerras, a taxa de retorno pura do capital ficou em torno de 7% no período, voltando a estabilizar em torno de 5% a partir da década de 1970.

É possível observar também uma ligeira queda da taxa no início do século XXI, ficando entre 3% e 4%. É importante considerar, porém, que essa queda deve vir acompanhada de menor crescimento econômico (devido à diminuição do componente demográfico), dessa forma, mantendo relativamente estável a diferença $r > g$.

Gráfico 1.6. O rendimento puro do capital na França, 1820-2010



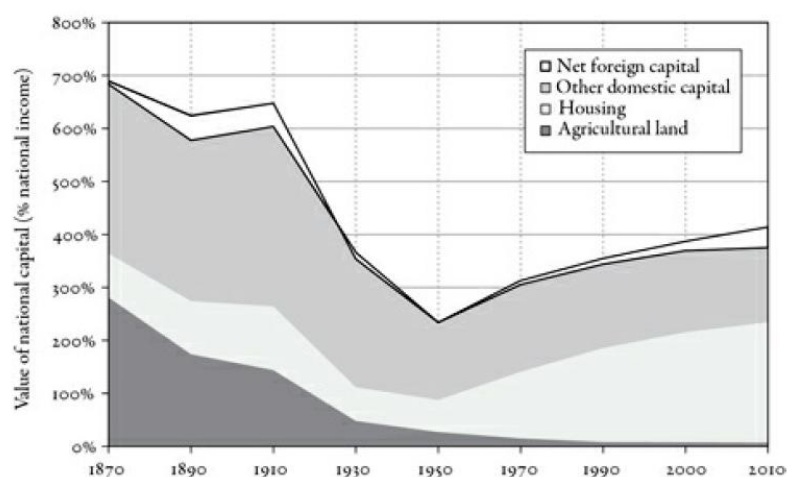
Fonte: Piketty, 2014, p. 199.

Outrossim, é possível que o aumento da competição internacional por capital e da sofisticação de instrumentos de investimentos financeiros tornam possíveis maiores taxas de retorno no século por vir.

1.4. A evolução do estoque de capital

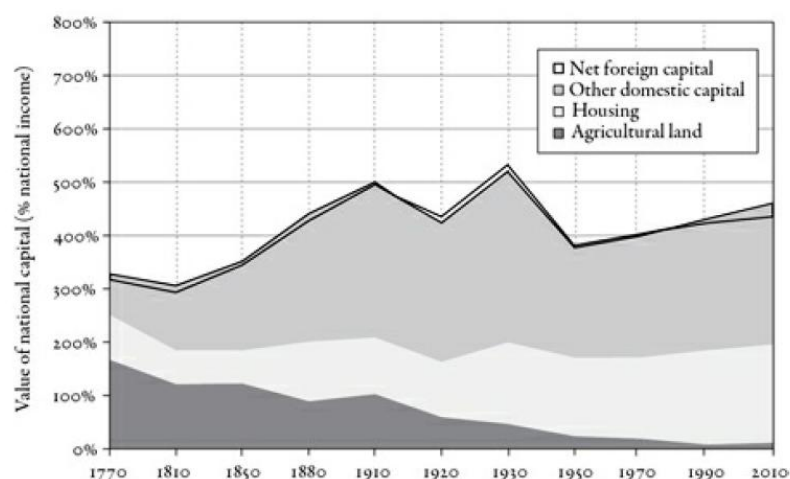
1.4.1. A metamorfose do capital

Gráfico 1.7. O capital na Alemanha, 1870-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 141.

Gráfico 1.8. O capital nos Estados Unidos, 1770-2010

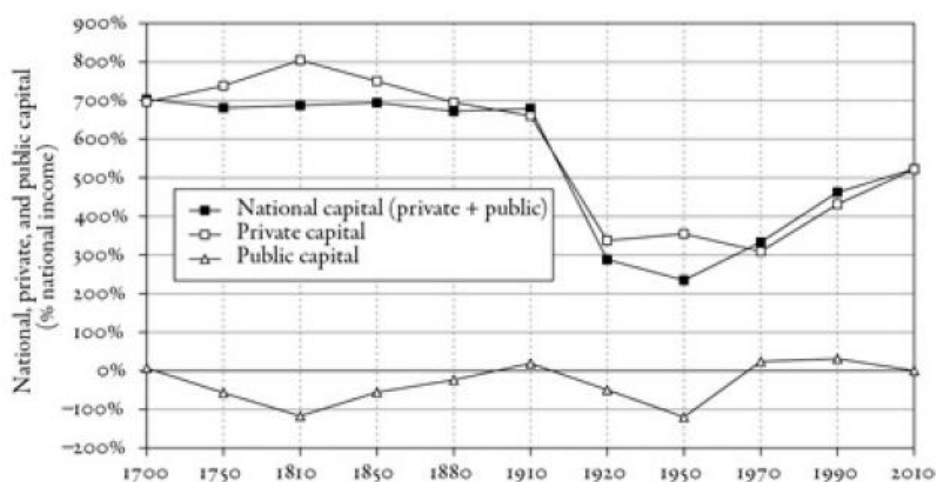


Fonte: Piketty, 2014, p. 150.

Os gráficos 1.1, 1.2, 1.7 e 1.8 mostram que, apesar de o nível da razão capital/renda se encontrar próximo do nível vigente no início do século XX, a estrutura do capital sofreu mudanças radicais em sua composição, notadamente pela drástica redução da proporção do valor de terras agrícolas em comparação com a renda nacional. Nos gráficos 1.1 e 1.2, cuja abrangência temporal dos dados permite analisar a composição do capital da França e Grã-Bretanha desde o início do século XVIII, essa redução fica mais clara. Em contrapartida, houve aumento nítido do capital residencial, financeiro e empresarial.

O baixo valor de β , durante o século XIX, no caso dos EUA (se comparado aos países europeus desenvolvidos) se deve a dois fatos históricos: os baixos preços da terra agrícola no Novo Mundo e o constante influxo de imigrantes (que chegavam sem patrimônio, mas geravam renda via trabalho) nos séculos XVIII e XIX.

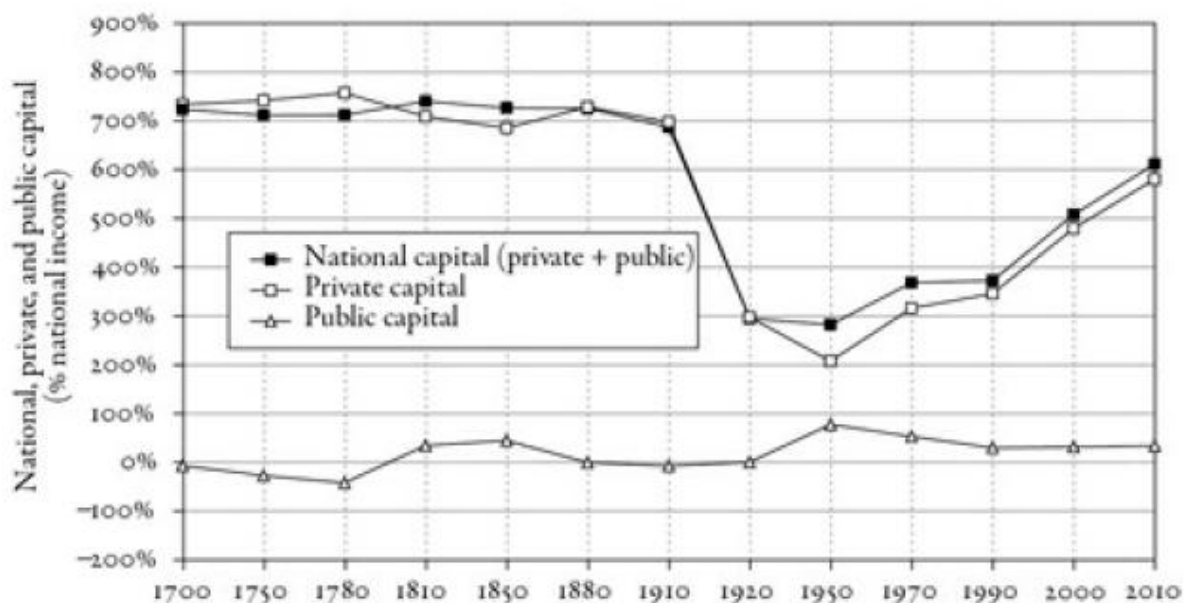
Gráfico 1.9. Capital privado e público no Reino Unido, 1700-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 129.

Outro aspecto importante a se ressaltar sobre a evolução do capital é correlação direta do capital nacional com o capital privado. Apesar de o capital líquido público ter assumido valores positivos e negativos, este oscilou entre 100% e -100% da renda nacional, e mais frequentemente entre 50 e -50%, como pode ser visto nos gráficos 1.9 e 1.10. Essa tendência assumiu maior regularidade a partir da década de 1970, devido à intensificação do processo de privatização (ver gráfico 1.11).

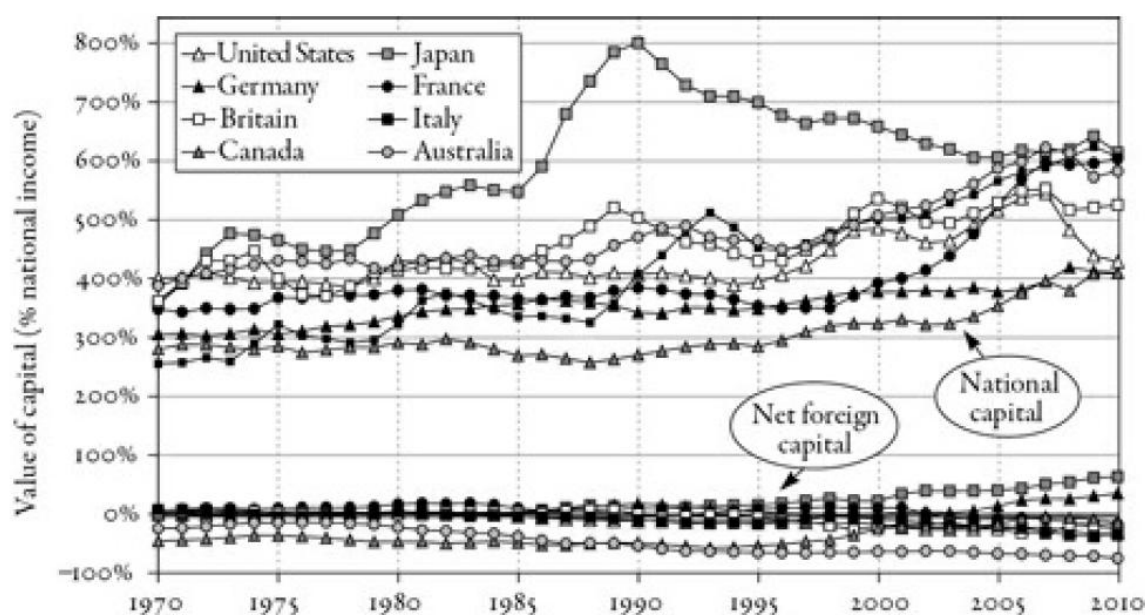
Gráfico 1.10. Capital privado e público na França, 1700-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 129.

É possível observar também, pelos gráficos 1.1 e 1.2, que os ativos estrangeiros em propriedade dos países centrais tem participação significativa na riqueza nacional até o período das guerras mundiais (1914-1950). Após este período, marcado por movimentos de descolonização, essa participação caiu para níveis pouco expressivos.

Gráfico 1.11. O capital nacional nos países ricos, 1970-2010



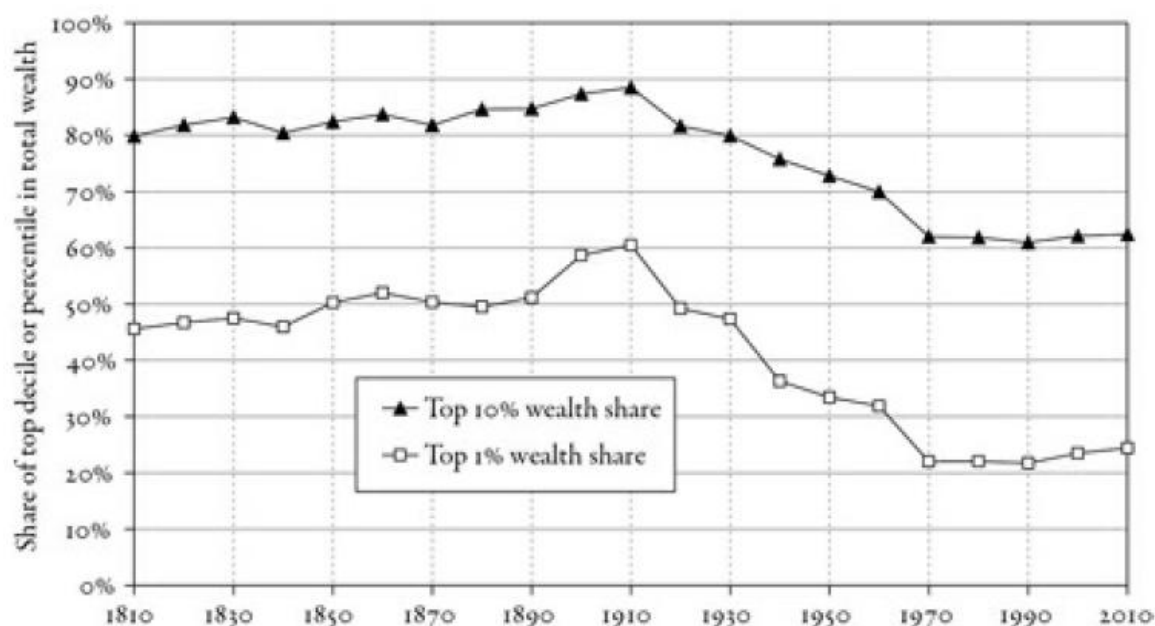
Fonte: Piketty, 2014, p. 189.

1.4.2. A desigualdade extrema do capital

A principal fonte de dados para o estudo da distribuição da riqueza em perspectiva histórica será o caso francês. Em 1791 foram instituídos tributo (sobre a riqueza e herança) e registro sobre a riqueza. O tributo se aplicava a todos os tipos de propriedade (agrícola, industrial, financeira etc.), todos os tipos de proprietários de riqueza e a todos os tamanhos de fortuna. A riqueza dos dados – tanto em abrangência temporal, quanto qualitativa – permite visualizar o choque que a Primeira Guerra Mundial representou à distribuição de riqueza.

Os dados do gráfico 1.12 mostram que entre o período de 1810 a 1914 não há qualquer tendência de redução da desigualdade da riqueza. É possível inclusive afirmar que há uma ligeira tendência à concentração durante o século XIX, que se acelera a partir de 1880 até a Primeira Guerra. Esse movimento de concentração é mais claro no 1% mais rico, que possuía em 1810 aproximadamente 45% da riqueza do país e em 1910, 60%.

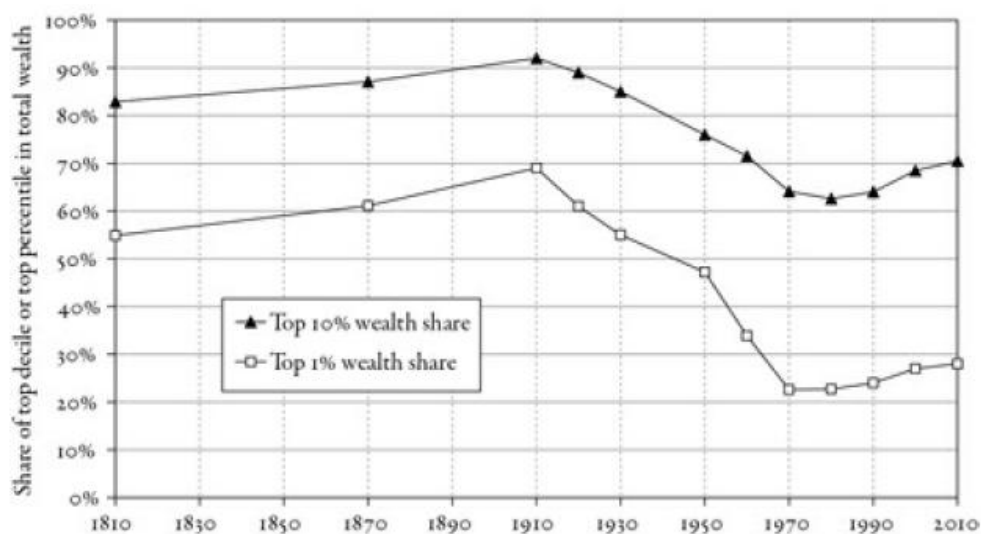
Gráfico 1.12. Desigualdade da riqueza na França, 1810-2010



Fonte: Piketty, 2014, p.332

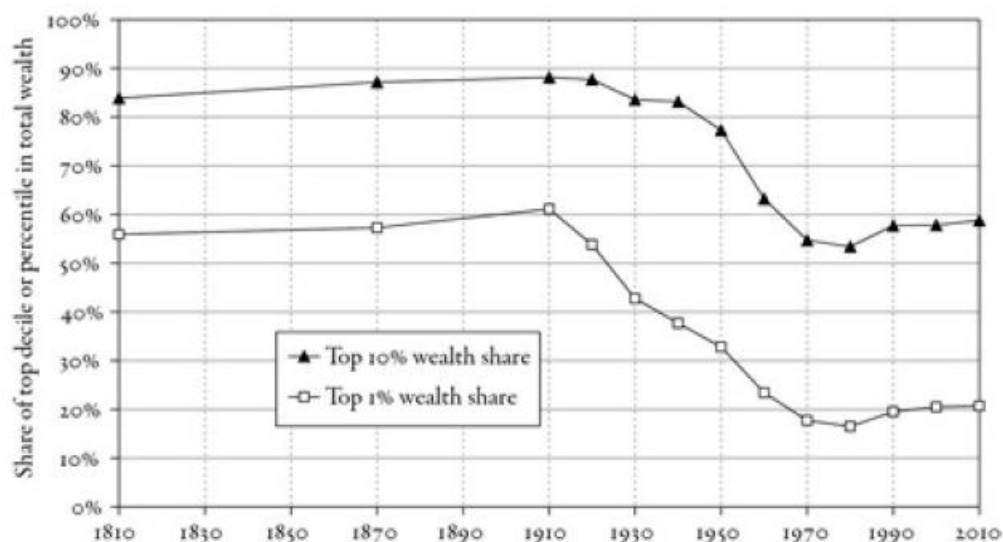
Apesar de utilizarem dados imperfeitos, estimativas sobre a concentração do capital no século XIX na Grã-Bretanha, Suécia e EUA (ver gráficos 1.13 e 1.14) apontam para a mesma tendência. A distribuição da riqueza nos países desenvolvidos nesse período possui caráter extremamente desigual e, conseqüentemente, a distribuição da renda proveniente do capital também. Até o início do século XX, as camadas mais ricas das sociedades capitalistas (os 10% mais ricos) possuíam a quase totalidade da riqueza nos países desenvolvidos, enquanto o resto (os outros 90%) possuía virtualmente nada.

Gráfico 1.13. Desigualdade da riqueza no Reino Unido, 1810-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 335.

Gráfico 1.14. Desigualdade da riqueza na Suécia, 1810-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 336.

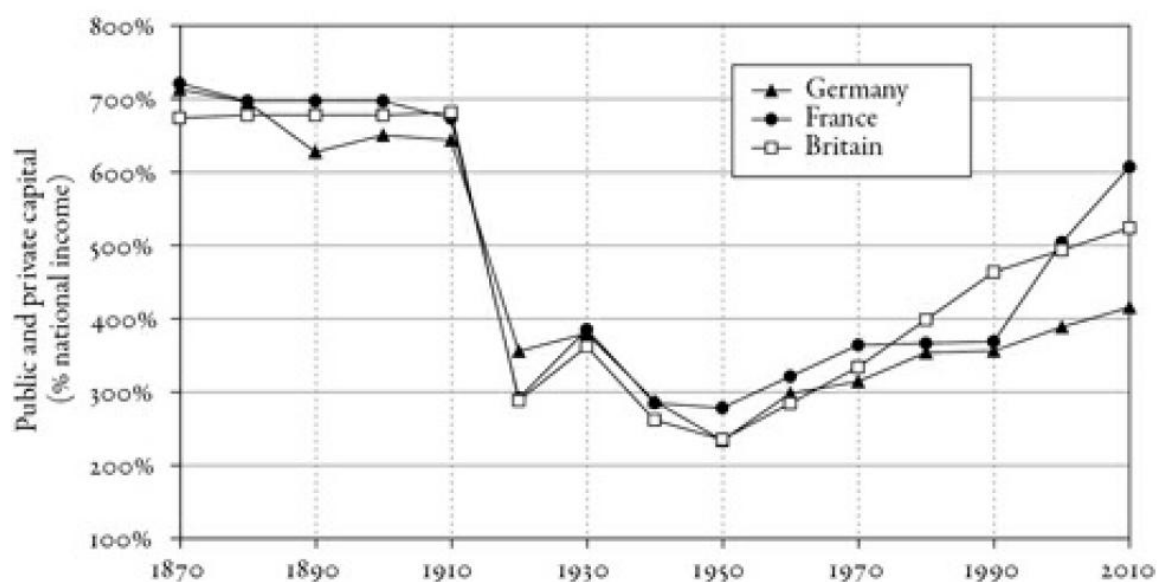
Esses dados são de vital importância para o estudo uma vez que a redução da desigualdade do capital durante o século XX será a principal causa da redução da desigualdade econômica total do período (esta última será analisada na seção 1.5).

1.4.3. Os choques do estoque de capital no século XX

Uma das causas para a brusca queda de β no período entre 1914 e 1950 pode ser definida como a destruição do capital físico, ou seja, fábricas, prédios, infraestrutura etc. Na Alemanha, cerca de um ano e meio de renda nacional foi destruído – responsável pelo equivalente a cerca de 1/3 da queda total da razão capital/renda – e na França, o equivalente a um ano – responsável por algo entre 1/4 e 1/5 da queda de β .

Além do choque causado pela destruição de guerra, choques políticos e orçamentários desempenharam importante papel na redução aguda de β . Por um lado, a apropriação da poupança privada através de aumento de tributos resultou em queda brusca dos níveis de poupança e, portanto, de acumulação de capital. Essa aquisição de ativos públicos por parte dos agentes privados não resultou em significativa acumulação de capital uma vez que esses ativos sofreram corrosão inflacionária nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Gráfico 1.15. O capital nacional na Europa, 1870-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 147.

Por outro lado, o processo de descolonização conjuntamente com a apropriação de poupança privada – através do aumento de dívida pública (ver gráfico 1.9) – resultou na venda de ativos estrangeiros por parte dos proprietários europeus, principalmente ingleses e franceses. A queda dos preços dos ativos (tanto físicos como financeiros) resultante da conjuntura desfavorável para negócios também foi responsável por parcela significativa da queda de β – algo entre 1/4 e 1/3, dependendo do país (o catch-up dos preços só viria a acontecer a partir da década de 1970).

Gráfico 1.16. A taxa superior de imposto sobre a renda, 1900-2013



Fonte: Piketty, 2014, p. 486.

O gráfico 1.16 mostra carga tributária exercida sobre as grandes rendas nos EUA, Grã-Bretanha, Alemanha e França. A magnitude do choque político à poupança privada, causado pelas Grandes Guerras, pode ser vista através da extrema elevação da taxa sobre os mais ricos a partir de 1914.

1.4.4. O surgimento da classe média patrimonial no século XX

Piketty se refere à classe média como – depois dos primeiros 10% – os 40% mais ricos (restando a classe pobre, os últimos 50%). A emergência desta classe durante o século XX é resultado dos choques do capital e, segundo o autor, a mais importante transformação estrutural a afetar a distribuição de riqueza no último século.

Tabela 1.5. A desigualdade da propriedade do capital no tempo e no espaço

Participação dos diferentes grupos no capital total	Baixa desigualdade (nunca observada)	Média desigualdade (≈ Escandinávia, 1970's-1980's)	Média-alta desigualdade (≈ Europa 2010)	Alta desigualdade (≈ EUA 2010)	Muito alta desigualdade (≈ Europa 1910)
O topo dos 10% "Classe alta"	30%	50%	60%	70%	90%
Apenas o topo de 1% ("Classe dominante")	10%	20%	25%	35%	50%
Os outros 9% da "Classe alta"	20%	30%	35%	35%	40%
Os 40% do meio ("A classe média")	45%	40%	35%	25%	5%
Os 50% restantes ("Classe baixa")	25%	10%	5%	5%	5%
Coef. de Gini correspondente	0,33	0,58	0,67	0,73	0,85

Fonte: Piketty, 2014, p. 243.

Na tabela 1.5 é possível comparar a parcela da riqueza detida pela classe média na Europa em dois períodos distintos: no começo do século XX (antes dos choques) e no início do século XXI. No primeiro período, a classe média possuía apenas 5% da riqueza total – porção igual à detida pelos 50% mais pobres. Essa porcentagem evoluiu para 35% atualmente, enquanto a classe pobre continua com os mesmos 5%. A tabela mostra também que o grande aumento da

participação da classe média na riqueza nacional se deu em detrimento da participação da classe dominante (o 1% mais rico), que possuía 50% do capital em 1914 e em 2010, 25%.

1.5. Desigualdade entre renda do capital e renda do trabalho

1.5.1. Desigualdade na renda do trabalho

O principal determinante da desigualdade na renda do trabalho, segundo Piketty, é o investimento em sistema de educação igualitário e inclusivo. Claudia Goldin e Lawrence Katz ilustram esse raciocínio através de estudo do caso americano no período compreendido entre 1890 e 2005. O estudo compara duas evoluções: a diferença de salários entre trabalhadores com ensino superior e trabalhadores apenas com ensino médio, e a taxa de crescimento do número de diplomas de ensino superior para o mesmo período.

Os autores argumentam que à medida que se dá o progresso tecnológico, para uma oferta fixa de capital humano, há aumento da desigualdade econômica. Portanto, o aumento da desigualdade (representado pelo aumento da diferença entre salários de indivíduos com e sem diploma) percebido nos EUA a partir da década de 1980 – identificado no gráfico 1.17 – correlaciona-se diretamente com a queda da taxa de crescimento de diplomas de ensino superior, apontada por Goldin e Katz.

Estudando-se a evolução dos salários na França no século XX, também é possível perceber a importância da capacitação sobre a concentração de renda. No último século, o salário real cresceu gradual e constantemente, mas o *gap* entre a renda dos décimos mais e menos bem pagos permaneceu constante (ver gráfico 1.18), apesar da democratização da educação no mesmo período.

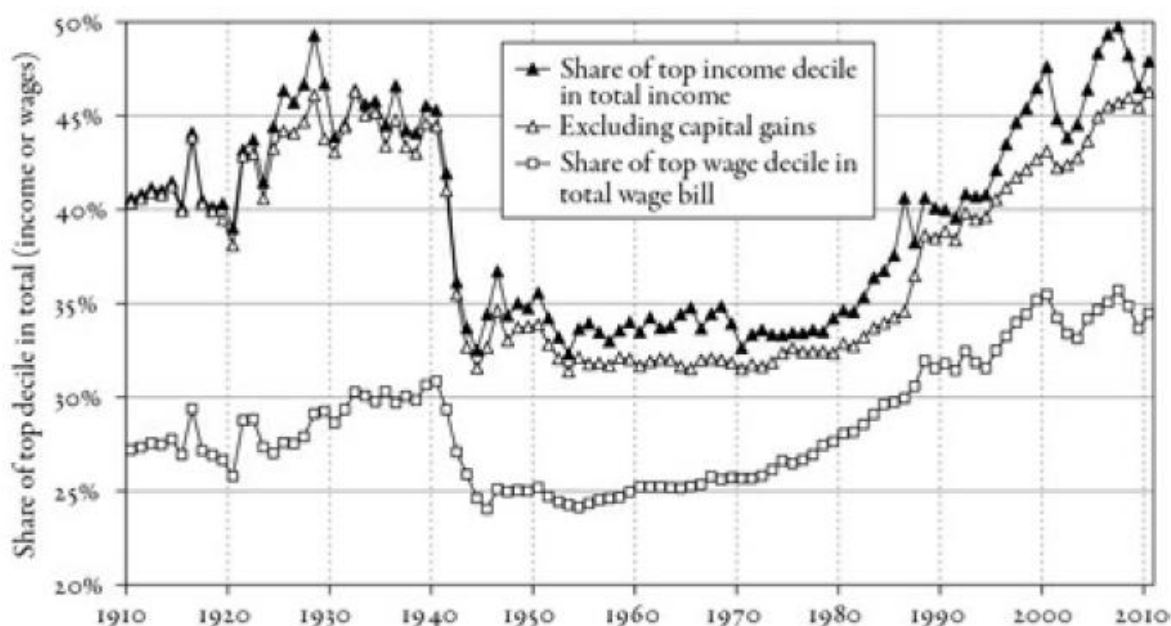
A explicação desse fato se deve à existência de desigualdade no sistema de ensino, que apesar de aumentar a capacitação de mão-de-obra, o fez mantendo distâncias entre níveis de habilidade. Por exemplo, quem anteriormente possuía ensino médio passou a ter ensino superior e quem possuía ensino superior passou a ter pós-graduação. Nas palavras de Piketty (p. 298-299):

“No longo prazo, a melhor forma de reduzir as desigualdades do trabalho, além de aumentar a produtividade média da mão de obra

e o crescimento global da economia, é sem dúvida investir na formação. (...) Do mesmo modo, se os Estados Unidos – ou a França – investissem mais e de forma mais ampla em qualificação profissional e superior e aumentassem o acesso à educação, essa seria, sem sombra de dúvida, a política mais eficaz para elevar os salários baixos e médios e diminuir a parcela do décimo superior tanto na massa salarial como na renda total.”

Outro importante determinante no processo de concentração da renda do trabalho considerado no estudo de Piketty é o salário mínimo. O efeito deste varia de acordo com o país e sua história, uma vez que as leis trabalhistas são intimamente ligadas às percepções e normas de justiça social.

Gráfico 1.17. A alta renda e o alto salário nos Estados Unidos, 1910-2010



Fonte: Piketty, 2014, p.291.

Apesar dessas peculiaridades, é possível afirmar que, tendo em vista o histórico do maior poder de barganha que os empregadores, em geral, possuem em relação aos empregados, a instituição do salário mínimo atua de forma a limitar o poder dos empregadores impondo regras sobre o salário. Todavia, o salário mínimo possui efeito limitado uma vez que aumento de salários não podem exceder o aumento de produtividade indefinitivamente sem que haja efeitos negativos sobre a economia.

Gráfico 1.18. A queda dos rentistas na França, 1910-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 267.

1.5.2. O surgimento dos “supermanagers” nos países Anglo-Saxões

No gráfico 1.19 é possível identificar o movimento de extrema elevação da participação do percentil mais rico na renda nacional (de 1980 até 2010, este dobrou sua participação, que passou de 10% para 20%). Ao mesmo tempo, os outros 9% que compõem o décimo mais rico, seguiram tendência de aumento, porém bem menos inclinada.

Gráfico 1.19. Decomposição do décimo superior nos Estados Unidos, 1910-2010

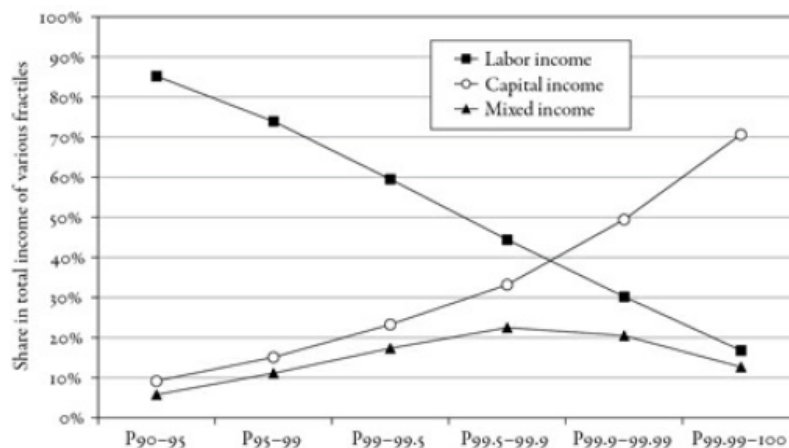


Fonte: Piketty, 2014, p. 285.

Sobre o gráfico 1.19, é necessário ressaltar alguns pontos. Visto que os dados utilizados são retirados de declarações de imposto de renda e não são corrigidos no sentido de atenuar subdeclarações de renda do capital (legais ou ilegais) e que há crescente discrepância entre o montante relativo a esse tipo de declaração e a renda do capital total nas contas nacionais dos EUA, é razoável assumir que o gráfico subestima o aumento da participação do mais alto percentil – raciocínio que se reforça pelo fato de que a renda do capital assume maior importância sobre a renda total (e com ela, as oportunidades de isenção ou evasão fiscal) à medida que se sobe na escala de renda (ver gráfico 1.20).

Uma característica peculiar ao processo acentuado de concentração de renda nos EUA nas últimas décadas é o surgimento dos “*supermanagers*”. O termo “*supermanagers*” se refere aos executivos de grandes firmas que recebem pacotes extremamente altos de compensação pelo seu trabalho (superssalários) – fato sem precedentes até meados da década de 1970, e peculiar aos Estados Unidos e em menor escala a outros países anglo-saxões.

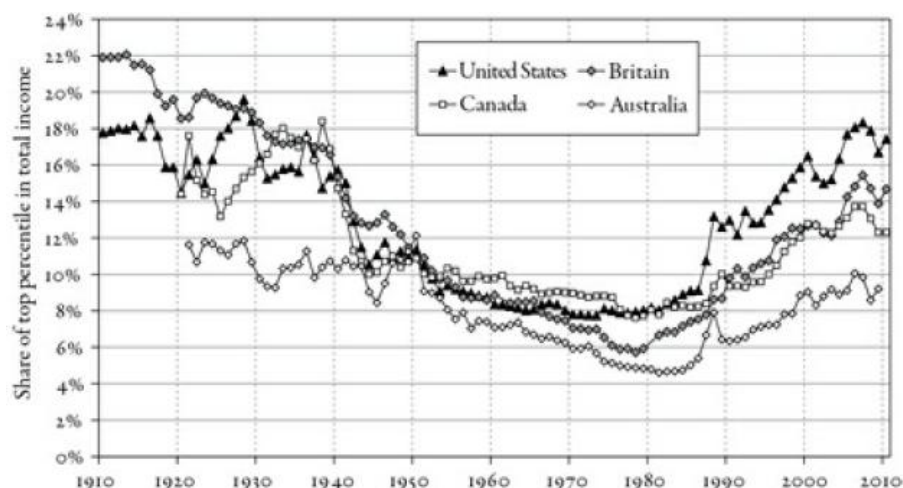
Gráfico 1.20. A composição das maiores rendas nos Estados Unidos em 2007



Fonte: Piketty, 2014, p. 294.

Em 1970 o décimo com maior renda do trabalho nos EUA apropriava 25% da renda do trabalho. Esta porção passou para 35% em 2010, aumento responsável por cerca de dois terços do aumento da participação do décimo mais elevado na renda total para o mesmo período (ver gráfico 1.17).

Gráfico 1.21. A desigualdade da renda nos países Anglo-Saxões, 1910-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 308.

A mesma tendência se aplica ao Canadá, Grã-Bretanha e Austrália, porém em menor escala (ver gráfico 1.21). Em contrapartida, o mesmo não é visto nos países desenvolvidos continentais da Europa e no Japão (ver gráfico 1.22), fato contrário à hipótese de que o fenômeno do “*supermanager*” seja puramente tecnológico, uma vez que esses países se encontram em posições similares em relação à fronteira tecnológica.

Gráfico 1.22. A desigualdade da renda: Europa continental e Japão, 1910-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 309.

A principal explicação para esse grande aumento nos salários dos “*supermanagers*” é a tendência de redução da carga tributária (que será abordada mais adiante) nos mais elevados estratos de renda, principalmente do capital, a partir do mesmo período (ver gráfico 1.16).

À medida que se reduziu a tributação sobre as mais altas rendas, aumentou-se o estímulo de barganha por salários mais altos nas grandes firmas, fato que coincide com a falta de evidência estatística que relacione o aumento da regressividade tributária com aumento de produtividade nos países desenvolvidos. De fato, analisando-se a partir de dados das contas nacionais, EUA e Grã-Bretanha não apresentaram crescimento per capita maior que os demais países desenvolvidos europeus (França, Alemanha, Suécia e Dinamarca) e Japão desde a década de 1980.

1.6. O papel do mérito e da herança no longo prazo

1.6.1. Fluxo fiscal e fluxo econômico

O estudo do efeito do mérito e da herança sobre o processo de concentração de renda e riqueza é essencial, pois ajuda a esclarecer em que medida a renda gerada no passado tem efeito sobre o futuro – ou seja, ajuda a colocar em perspectiva a importância relativa entre riqueza herdada e a renda (e poupança) gerada ao longo de uma vida.

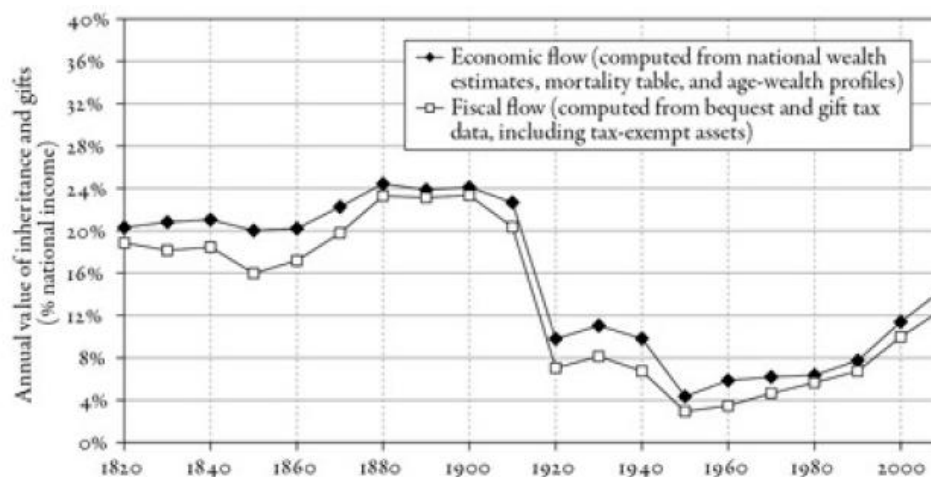
Na sociedade capitalista há duas formas principais de acumular riqueza: trabalho e herança. Para analisar o peso da última, utilizou-se o fluxo do valor anual transmissão de riqueza, expresso em porcentagem da renda nacional. Dois métodos foram utilizados para a construção do indicador, fluxo fiscal e fluxo econômico. O primeiro consiste na construção a partir de observação direta de registros de herança como, por exemplo, tributos. O segundo é construído por meio de estimativas a partir do estoque de capital privado.

O método do fluxo fiscal possui a vantagem de ser mais direto, porém, os dados necessários são escassos para muitos países e devem ser corrigidos para incluir ativos que são livres de tributação sobre a propriedade, como contratos de seguro de vida – que tem se tornado mais comuns desde 1970, chegando a compor 1/6 da riqueza privada na França atualmente. O segundo método, fluxo econômico, apesar de ser uma estimativa, possui a vantagem de não depender da existência de registros (é estimado a partir de dados das contas nacionais) e por isso é capaz de fornecer visão mais abrangente sobre a transmissão de riqueza.

O gráfico 1.23 mostra a evolução do fluxo de transmissão de riqueza sob a ótica de ambos os métodos para o caso francês. É importante ressaltar sobre o gráfico que doações também estão inclusas, uma vez que compõem importante forma de transmissão de riqueza. Desta forma,

observando-se os dados apresentados, o fato que se destaca é a forte correlação do valor do fluxo de transmissão riqueza com o indicador β francês, que fica mais clara pela brusca queda de ambos por volta de 1914 e sua retomada constante após a década de 1970.

Gráfico 1.23. Fluxo anual de heranças expresso em porcentagem da renda nacional



Fonte: Piketty, 2014, p. 371.

1.6.2. O fluxo econômico b_y

O fluxo econômico, b_y , pode ser representado por meio da seguinte identidade contábil:

$$b_y = \mu \times m \times \beta,$$

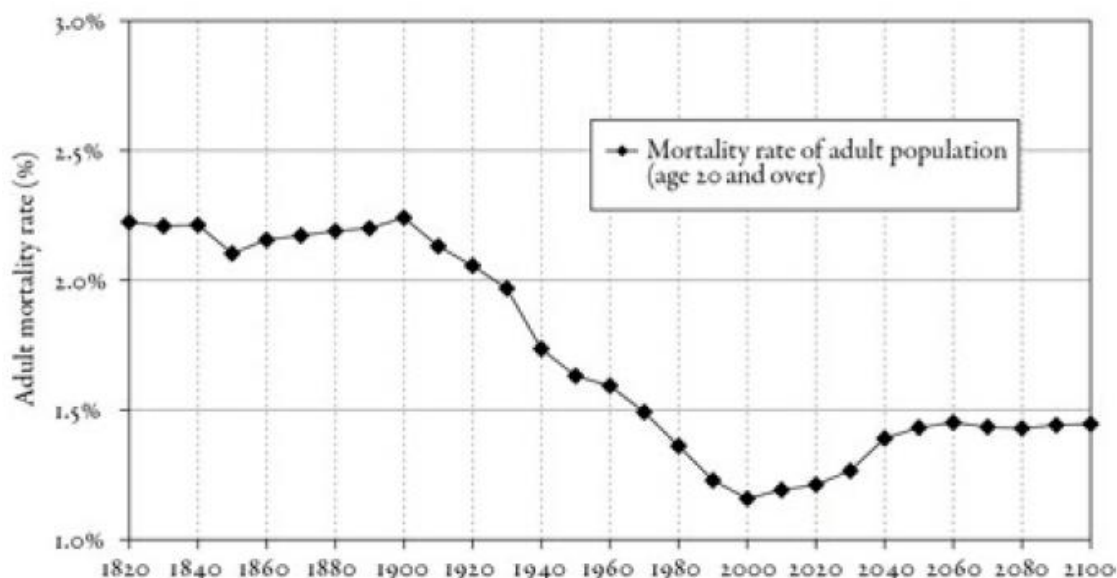
onde μ , m e β são as três forças que atuam sobre o fluxo anual de transmissão de riqueza e representam, respectivamente, a razão entre a média da riqueza dos indivíduos à hora da morte e a média da riqueza da população viva (μ), a taxa de mortalidade (m) e o quociente capital/renda nacional. Dessa forma, se por suposição a razão entre a média da riqueza dos indivíduos à hora da morte for igual à média da riqueza da população de um país (ou seja, $\mu=1$), então por definição, b_y será o produto entre a taxa de mortalidade (m) e a razão capital/renda nacional (β).

1.6.3. A mortalidade no longo prazo

A taxa de mortalidade está ligada essencialmente à expectativa de vida da população, ou seja, quanto maior a expectativa de vida, menor será a taxa de mortalidade – e consequentemente, menor será o fluxo de transmissão anual de riqueza em dada sociedade. O século XX é

comumente associado à decrescente taxa de mortalidade, tanto em países centrais como em emergentes. Porém, a taxa de mortalidade experimentou leve aumento na década atual e deve aumentar ligeiramente até meados do século XXI e se estabilizar.

Gráfico 1.24. Taxa de mortalidade na França, 1820-2100



Fonte: Piketty, 2014, p. 377.

O aumento observado a partir da década de 2000 no gráfico 1.24 reflete o envelhecimento da geração *baby boomer*, que nasceu nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial – 1950, 1960 e 1970 – e que apresentou taxa de natalidade anormalmente grande se comparada às demais décadas do século XX.

Essa geração, portanto, exerce dois efeitos distintos no gráfico, que devem ser levados em conta: o primeiro é o decréscimo peculiar da taxa de mortalidade (logo, diminuição de b_y via queda de “ m ”) nas décadas em que ocorreu, à medida que a grande natalidade aumentou o denominador do percentual da taxa de mortalidade nos anos 70’s, 80’s e 90’s (época em que os *baby boomers* eram adultos). O segundo efeito é o aumento anormal da taxa de mortalidade que começou na década de 2000 e deve seguir até as décadas de 2040 e 2050.

Esses efeitos explicam parcialmente o baixo fluxo de transmissão de riqueza nas décadas posteriores às guerras mundiais, e ao mesmo tempo devem causar aumento deste fluxo para a primeira metade do século XXI – contribuindo, assim, para o aumento da concentração da riqueza, *ceteris paribus*.

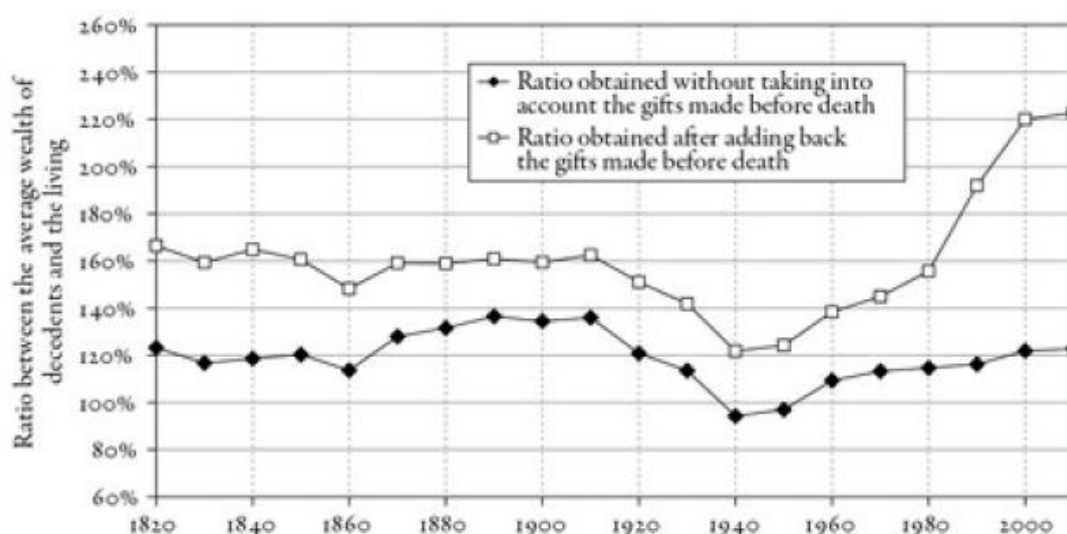
É importante ressaltar que esse fenômeno deve gerar, na primeira metade do século XXI, aumento ainda mais forte na taxa de mortalidade em países (principalmente Alemanha, Itália, Espanha e Japão) cujo crescimento vegetativo se encontra em tendência negativa, visto que o denominador da taxa de mortalidade diminuirá.

1.6.4. A evolução de “ μ ”

Há dois pontos importantes a serem destacados sobre o comportamento de “ μ ”. O primeiro é a importância relativamente pequena, apesar de não negligenciável, de capital em forma de pensões (que não podem ser passadas a sucessores em caso de morte do proprietário).

Na França essa forma de riqueza representa 5% do capital privado (chegando a 15%, 20% em países com sistema de pensões mais desenvolvido, como EUA e Grã-Bretanha), montante insuficiente para invalidar a importância da herança no processo de acumulação de capital.

Gráfico 1.25. Razão entre patrimônio médio no óbito e patrimônio médio dos vivos na França, 1820-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 382.

O segundo ponto é o aumento da importância da transmissão de riqueza entre indivíduos vivos (doações) nas décadas recentes, como mostra o gráfico 1.25. De acordo com os dados levantados, de 1940 até 2010, o valor das doações de riqueza entre indivíduos vivos aumentou de 25% para 100% do valor da riqueza da população viva. Ou seja, atualmente, as doações representam metade do valor das transmissões de riqueza.

A tabela 1.6 tem por objetivo ilustrar a consequência da dinâmica do “envelhecimento da riqueza”, ou seja, o efeito que a diferença ‘ $r - g$ ’ exerce sobre o perfil da composição da riqueza entre as diferentes faixas etárias de indivíduos. É possível observar pela tabela o crescimento da riqueza média do indivíduo à medida que este envelhece.

Com exceção das décadas que se seguiram à Segunda Grande Guerra, nota-se que a média de riqueza dos indivíduos das faixas etárias mais avançadas tende a superar a média de riqueza da faixa anterior. Isso se dá devido aos ganhos progressivamente maiores da renda do capital – que são capazes de superar a capacidade de consumo (mesmo dos mais velhos) e ainda conseguem se reproduzir a taxas maiores que o crescimento da economia.

A tabela também mostra que esse processo de envelhecimento da riqueza é mais forte no início do século XX e, apesar do choque sofrido pelas grandes fortunas no período das Guerras Mundiais, tem gradualmente ganhado força nas últimas décadas. Este fenômeno implica em outro mais sutil: a tendência do empreendedor em tornar-se rentista.

Tabela 1.6. Perfil do patrimônio em função da idade na França, 1820-2010 (em % do patrimônio médio do grupo 50-59 anos)

Ano	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	70-79 anos	80 anos e acima
1820	29	37	47	100	134	148	153
1850	28	37	52	100	128	144	142
1880	30	39	61	100	148	166	220
1902	26	57	65	100	172	176	238
1912	23	54	72	100	158	178	257
1931	22	59	77	100	123	137	143
1947	23	52	77	100	99	76	62
1960	28	52	74	100	110	101	87
1984	19	55	83	100	118	113	105
2000	19	46	66	100	122	121	118
2010	25	42	74	100	111	106	134

Fonte: Piketty, 2014, p. 385.

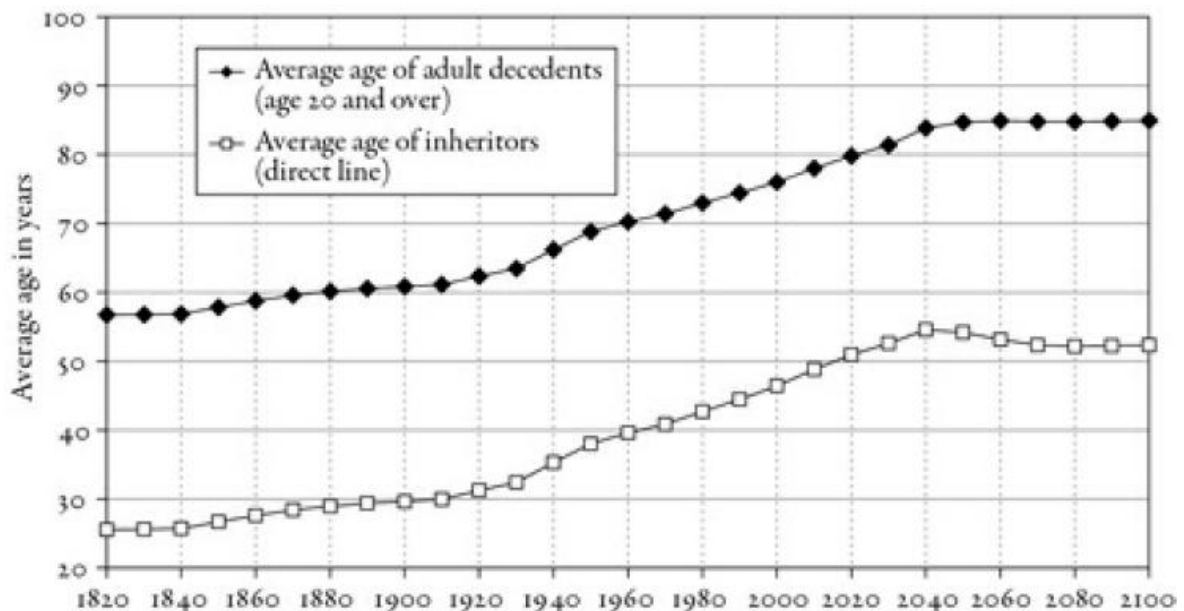
Mesmo que uma pessoa seja capaz de gerar fortuna por mérito próprio (e não por herança), esta raramente será capaz de fazê-lo ao longo de toda sua vida. Apesar disso, sua fortuna continuará crescendo acima do ritmo da economia – e, eventualmente, passada a seus herdeiros.

1.6.5. O efeito $\mu \times m$

Juntamente com a queda na taxa de mortalidade no último século, houve também gradual e constante aumento na idade média de sucessão, ou seja, idade em que o indivíduo recebe a herança. Isso acontece porque o período entre gerações (tempo que as pessoas em geral levam para ter filhos) permaneceu basicamente o mesmo, 30 anos – como mostra o gráfico 1.26.

Dessa forma, é possível pensar que o aumento da longevidade da população nos países desenvolvidos e emergentes que ocorreu no século XX tenha como efeito a redução da importância da herança no processo de acumulação de riqueza no sistema capitalista, pois quanto mais tarde o indivíduo falecer, mais tempo levará para seus sucessores receberem a herança.

Gráfico 1.26. Idade média dos falecidos e dos herdeiros na França, 1820-2100

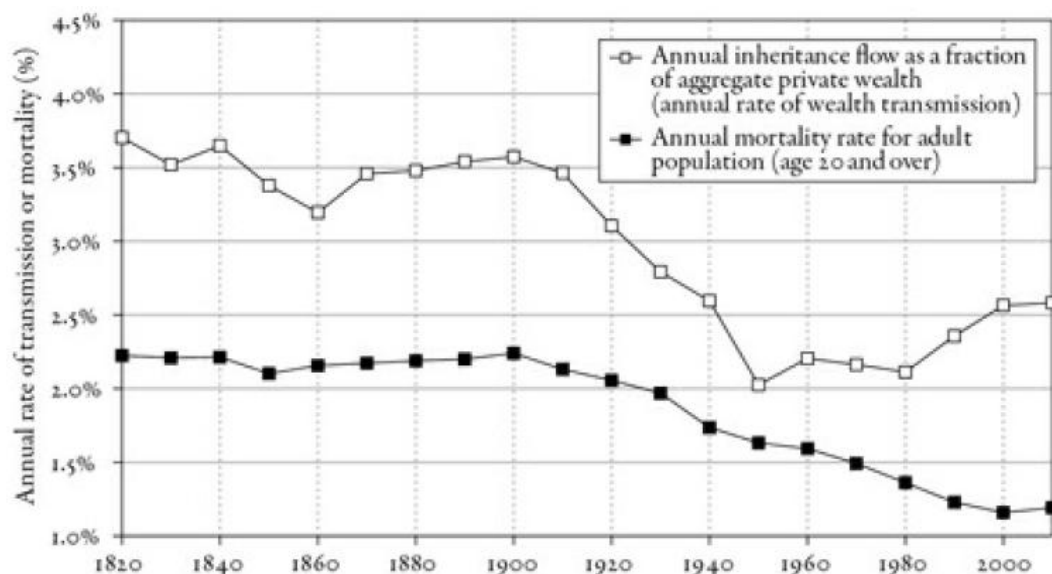


Fonte: Piketty, 2014, p. 379.

Essa tendência, porém, foi acompanhada pelo aumento de transmissão realizada em vida (doações) e pelo “envelhecimento da riqueza”, ou seja, apesar de receber mais tarde a herança, o indivíduo a recebe em maior valor – de tal forma que o produto $\mu \times m$ permaneça inalterado, apesar da gradual redução de “ m ”.

Na França, desde as décadas de 1950 e 1960, o fluxo econômico de transmissão de riqueza (b_y) – como porcentagem da renda privada nacional – tem aumentado gradualmente, apesar da contínua diminuição de “ m ”, como mostra o gráfico 1.27.

Gráfico 1.27. Fluxo de herança e taxa de mortalidade na França, 1820-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 380.

Dessa forma, o caso francês mostra que não existe necessariamente qualquer tendência natural, para as próximas décadas, em direção à redução da importância da transmissão de riqueza em países desenvolvidos (com estágio de crescimento vegetativo similar ao francês)

1.7. Estado social e tributação progressiva sobre a renda

1.7.1. A tributação progressiva no século XX

Tributação é um dos principais componentes de uma sociedade civilizada, e um dos principais meios de coesão entre os diversos indivíduos da mesma, uma vez que fornece recursos para ações de interesse coletivo. Sendo assim, a forma que a estrutura tributária assume é de vital importância e por isso, alvo de extensa discussão política.

A transformação na estrutura tributária testemunhada no século XX nos países desenvolvidos foi fundamental para a redução da desconcentração da riqueza e da renda. Essa transformação, porém, não foi fruto de gradual deliberação política, mas de resposta emergencial às necessidades do esforço de guerra.

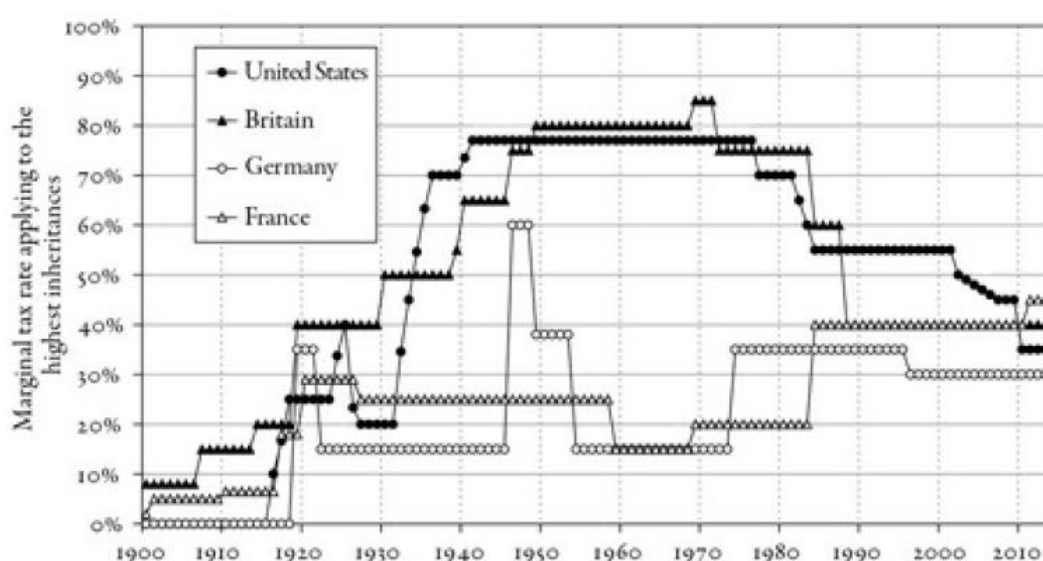
Previamente à Primeira Grande Guerra, a carga tributária nos países ricos se encontrava em processo de desenvolvimento com molde progressivo. Apesar disso, até 1914 as taxas

exercidas sobre as maiores rendas, em sua maioria, não ultrapassavam 5%. O choque político causado pela guerra foi tão grande que já na década de 1920, essas taxas evoluíram para níveis em torno de 60%. Na década de 1940, a carga tributária sobre as rendas mais elevadas na França, EUA, Alemanha e Grã-Bretanha ultrapassaram a faixa de 70% (nos EUA e Grã-Bretanha passou de 90%, ver gráfico 1.16).

O mesmo período marcado pelo grande aumento da tributação sobre as maiores rendas também experimentou grande aumento de caráter progressivo na tributação sobre a herança. Da mesma forma que os tributos sobre a renda, a taxação progressiva sobre a herança apenas ganhou força com a eclosão da Primeira Guerra e atingiu seus maiores valores nos EUA e Grã-Bretanha, ficando em torno de 75% entre as décadas de 1940 e 1980 – consideravelmente maiores que na França e Grã-Bretanha no mesmo período (ver gráfico 1.28).

Da mesma forma que apresentaram as taxas mais progressivas, os EUA e Grã-Bretanha, dentre os países desenvolvidos, foram os que mais reduziram a carga tributária incidente sobre as rendas mais elevadas a partir dos anos 1970's (reduziram para 30% - 40%, enquanto que na França e Alemanha permanecem em 50% - 60%). Este fato explica em larga parte o surgimento dos supersalários no mesmo período, e conseqüentemente, o aumento da desigualdade econômica – maior do que nos países continentais europeus e maior ainda nos EUA.

Gráfico 1.28. A taxa superior de imposto sobre a herança, 1900-2013



Fonte: Piketty, 2014p. 490.

A análise histórica dos tributos sobre as altas rendas mostra que é possível implementar níveis confiscatórios (presenciados nos EUA e Grã-Bretanha) e, ao mesmo tempo, reduzir os “superssalários”, sem comprometer o crescimento econômico. Uma eventual elevação das taxas sobre as grandes rendas (acima de U\$ 500 mil ou U\$ 1 milhão anuais) para 80% não teria efeitos sobre a produção, mas teria efeitos positivos sobre a distribuição da renda. Tal medida seria mais viável em um país com a dimensão dos EUA, pois a evasão de executivos para países vizinhos seria mais inviável do que em países menores, como os europeus.

Apesar de atingir o principal objetivo de reduzir a desigualdade proveniente dos altos salários de grandes executivos, a receita advinda desse tipo de medida não teria grandes impactos no orçamento capaz de causar grandes mudanças na oferta de serviços sociais (educação e saúde, principalmente). Para cumprir esse objetivo, seria necessária elevação tributária para ordem de 60% sobre uma porção maior da população (rendas anuais superiores a U\$ 200 mil, por exemplo).

1.7.2. O Estado Social no século XX

A influência do Estado sobre a economia foi alvo de intensas discussões entre economistas durante todo século XX, e continua sendo no atual. Há aqueles a favor de maior intervenção estatal – seja dirigindo, regulando ou fomentando diversos setores da sociedade – bem como, há outros que defendem o Estado mínimo, principalmente onde este é menos interventor dentre os países desenvolvidos, os EUA. Apesar disso, a evolução da presença do Estado sobre a economia no século passado foi indiscutivelmente ascendente.

No início do século XX, a receita tributária nos países desenvolvidos girava em torno de 7% a 8%. Esse montante era destinado a sustentar as funções essenciais do estado (polícia, forças armadas, justiça, administração pública, entre outros), enquanto que os sistemas de educação e saúde públicos fornecidos eram bastante rudimentares. A partir da década de 1920, porém, a parcela da renda destinada a tributos passou a crescer de forma constante nos países ricos, estabilizando-se apenas na década de 1980, em níveis diferentes em cada país. Nos EUA ficou pouco acima de 30%, na Suécia ficou por volta de 55%, enquanto que nos demais países desenvolvidos europeus, ficou em torno de 45% (ver gráfico 1.29).

Esse gradativo aumento das receitas fiscais se destinou basicamente à construção do estado social moderno, cujas principais funções públicas desenvolvidas no período entre 1930 e 1980

foram educação, saúde e previdência. Atualmente, nos países desenvolvidos, saúde e educação são financiados em larga parte pelo estado (somando-se ambos os serviços, cerca de 75% na Europa e 50% nos EUA é de financiamento público) e demandam em torno de 10% a 15% da renda nacional.

Atualmente, a educação básica (primária e secundária) é predominantemente gratuita nos os países desenvolvidos, ao passo que a oferta de ensino superior é cobrada, porém consideravelmente mais cara na Grã-Bretanha e, principalmente nos EUA, se comparada com os demais países desenvolvidos europeus. Já o serviço público de saúde nesses países é universal, com exceção dos EUA, onde é restrito à população pobre e aos idosos.

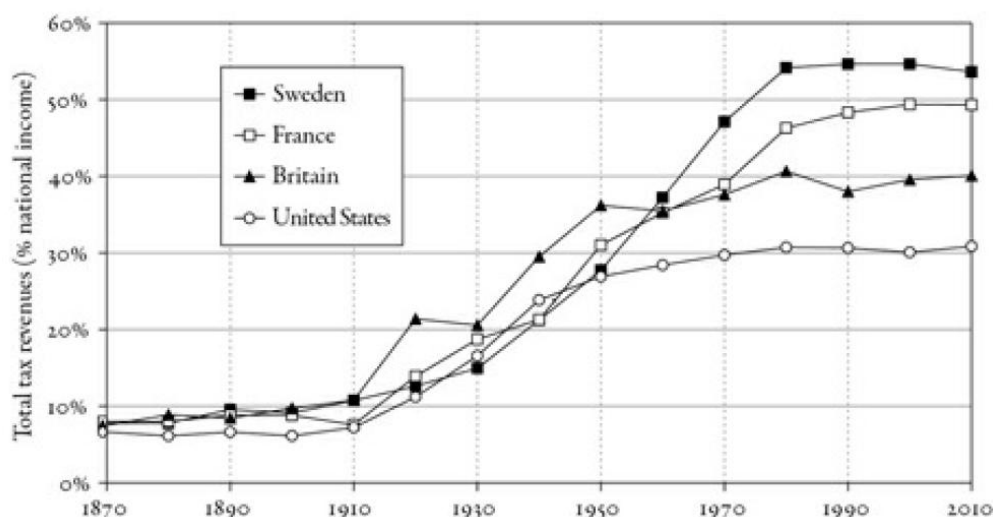
Os sistemas de previdência social consomem cerca de 10% a 15% da renda nacional nos países desenvolvidos. Desse montante, as aposentadorias consomem a maior parte, em torno de 12% e 13% da renda nacional nos países continentais europeus e 6% e 7% na Grã-Bretanha e nos EUA. O seguro desemprego é responsável por cerca de 1% a 2%, enquanto que programas de erradicação de miséria, menos de 1%.

Somando-se os gastos públicos com educação, saúde e previdência social, chega-se ao total de 25% a 35% da renda nacional destinados a gastos sociais. Esse montante corresponde basicamente ao aumento identificado nas receitas fiscais ao longo do século XX. Ou seja, é seguro afirmar que a evolução da carga tributária através do século passado se destinou em larga parte à construção do estado social moderno.

A evolução das funções sociais do estado no século passado baseou-se na lógica de que todos devem ter acesso aos recursos mais básicos (educação, saúde e aposentadoria) de forma que haja igualdade de oportunidades e, portanto, que se faça valer os princípios da democracia e meritocracia. Apesar disso, cada país implementou modelos diferentes de estado social – resultados de forças políticas internas peculiares em cada país.

O indiscutível o avanço social alcançado nos países ricos entre 1930 – 1980 torna impraticável qualquer movimento em direção aos níveis de gasto social do início do século XX – abaixo de 30%. Apesar disso, atualmente existe grande oposição ao aumento do estado social, sendo o principal argumento contrário a este último é a sua incapacidade de gestão eficiente de recursos.

Gráfico 1.29. Receitas fiscais nos países ricos, 1870-2010



Fonte: Piketty, 2014, p. 463.

Dessa forma, para tornar possível o aumento dos gastos sociais – com o fim de se alcançar a igualdade de oportunidades plena – é necessário buscar formas de modernizar o setor público.

1.7.3. Os ganhos de escala do capital

1.7.3.1. A evolução do topo da riqueza mundial

Dentro da dinâmica de longo prazo, $r > g$, existe outro processo de divergência mais sutil: os ganhos de escala das grandes fortunas, que crescem a taxas maiores que a média e resultam em concentração ainda maior de capital nos mais altos escalões de riqueza. A principal explicação para este fenômeno é a capacidade que as maiores fortunas tem de contratar melhores firmas de gestão de portfólio.

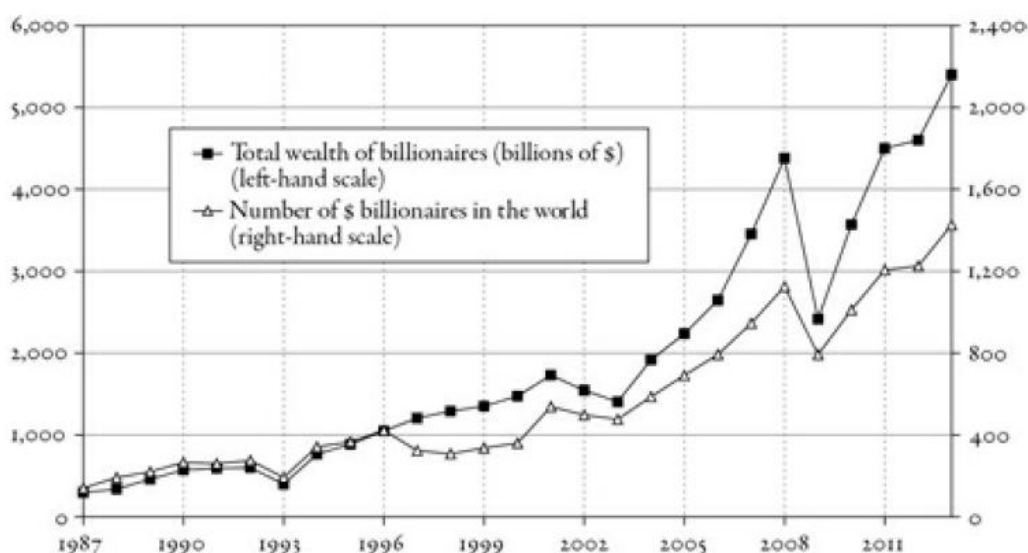
Quanto maior a riqueza a ser investida, melhor será a equipe financeira contratada para gerir o investimento. Ou seja, um indivíduo detentor de 100 mil reais tem menos recursos para contratar consultoria financeira do que um indivíduo com 10 milhões de reais (ou menos ainda do que outro indivíduo com um bilhão de reais a serem investidos). Portanto, se a maior qualidade da equipe intermediária resulta em média maior do retorno dos investimentos, devem existir economias de escala. Uma segunda explicação seria o menor risco a que os proprietários de grandes fortunas se expõem, em comparação com os indivíduos que possuem menor riqueza e, portanto, menor possibilidade de optar por opções de menor risco.

Desde a década de 1980 – quando se intensificou o fluxo internacional de capitais e a concorrência por investimentos externos resultou em processo generalizado de redução e isenção fiscal sobre os vários tipos de renda do capital – as grandes fortunas passaram a crescer a taxas maiores que a média de crescimento da riqueza mundial.

A existência dessas economias de escala implica que é possível que a diferença ‘ $r - g$ ’ possa ser considerável para as grandes fortunas, sem necessariamente ser para a economia como um todo. Portanto, altas taxas de crescimento econômico seriam a única forma natural (sem envolver ação estatal) de reduzir os efeitos desse processo – uma vez que tornariam o crescimento das grandes fortunas não muito maior que o ritmo de reprodução da economia e da riqueza em geral.

Para analisar a evolução global da riqueza, nos mais altos escalões, e sua distribuição, dados de instituições governamentais e intergovernamentais são insuficientes. Portanto, utilizou-se os dados disponíveis, publicados sistematicamente desde 1987 pela revista de rankings de riqueza, *Forbes* (mesmo contendo erros metodológicos, no presente, esta é a melhor fonte para tal estudo).

Gráfico 1.30. Os bilionários segundo o ranking da *Forbes*, 1987-2013



Fonte: Piketty, 2014, p. 422.

Segundo os dados da *Forbes*, em 1987 existiam cerca de 140 bilionários, número que evoluiu para pouco mais de 1400, em 2013. Proporcionalmente à população adulta e à riqueza mundial, na primeira data, havia 5 bilionários por 100 milhões de adultos, enquanto na

segunda havia 30 bilionários por 100 milhões. A porção da riqueza mundial detida pelo grupo de bilionários em 1987 correspondia a 0,4%, e atualmente, 1,5% (ver gráfico 1.30).

Sob o ponto de vista da riqueza apropriada por porcentagem fixa da população, tem-se que para o mesmo período, os 20 milionésimos mais ricos – 150 adultos de 3 bilhões em 1987, e 225 de 4,5 bilhões em 2013 – aumentaram sua riqueza média de 1,5 bilhão de dólares para 15 bilhões, equivalente a 6,4% de aumento real, enquanto a riqueza média por adulto mundial aumentou 2,1% (ver tabela 1.7).

Tabela 1.7. A taxa de crescimento das maiores riquezas mundiais, 1987-2013

	Crescimento real médio anual (%)
O topo 1/(100 milhões) mais rico^a	6.8
O topo 1/(20 milhões) mais rico^b	6.4
Riqueza média mundial por adulto	2.1
Renda média mundial por adulto	1.4
População adulta mundial	1.9
PIB mundial	3.3

a. Cerca de 30 adultos de 3 bilhões nos anos 1980's, e 45 de 4,5bi em 2010.

b. Cerca de 150 adultos de 3 bilhões nos anos 1980's, e 225 de 4,5bi em 2010.

Fonte: Piketty, 2014, p. 424.

1.7.3.2. O caso das universidades norte-americanas

Os fundos de doação das universidades norte-americanas apresentam-se como rica fonte de estudo sobre os retornos desiguais do capital, uma vez que são objeto de escrutínio público (e, portanto, possuem alto grau de transparência) e existem em diversos tamanhos – há fundos de poucas dezenas de milhões de dólares, como também fundos de poucas dezenas de bilhões de dólares.

Nos EUA, há mais de 800 universidades, públicas e privadas, que são responsáveis pela gestão de seus próprios fundos para investimentos. Harvard e Princeton são duas das mais conceituadas e com os maiores fundos de investimentos, de cerca de U\$30 bilhões e U\$20 bilhões, respectivamente. Na outra ponta da lista, existem universidades com cerca de U\$11,5 milhões, como a North Iwoa Community College.

A tabela 1.8 resume os resultados sobre a o retorno dos fundos de investimento dessas universidades. A média dos 800 fundos ficou em cerca de U\$500 milhões e o rendimento médio anual em 8,2%. Seguindo a lógica dos retornos desiguais do capital (devido a economias de escala), a média de retorno dos três maiores fundos, de Harvard, Princeton e Yale, ficou em 10,2%. Da mesma forma, a média dos fundos com mais de 1 bilhão de dólares ficou em 8,8%.

Tabela 1.8. O retorno dos fundos das universidades

	Taxa de retorno real média anual (deduzida inflação e custos administrativos) (%)
Todas as universidades (850)	8.2
Harvard, Yale e Princeton	10.2
Fundos de doação maiores que \$1 bilhão (60)	8.8
Fundos de doação entre \$500 milhões e \$1 bilhão (66)	7.8
Fundos de doação entre \$100 e \$500 milhões (226)	7.1
Fundos de doação menores que \$100 milhões (498)	6.2

Fonte: Piketty, 2014, p. 437.

1.7.3.3. Herdeiros *versus* empreendedores

Uma das principais consequências da dinâmica ' $r > g$ ', ampliada pelos retornos de escala do capital, se dá pelo fato de que, uma vez que são acumuladas grandes fortunas (via trabalho ou herança), estas tendem a se reproduzir ilimitadamente e em ritmo mais acelerado que a economia e que a riqueza média.

Ilustram bem essa dinâmica os exemplos de Bill Gates e Liliane Bettencourt. O primeiro, ícone do empreendedorismo e fundador da Microsoft, e a última, herdeira de Eugène Schueller (fundador da L'oreal). De 1990 a 2010, segundo a *Forbes*, as fortunas de ambos evoluíram de U\$4 bilhões e U\$2 bilhões, respectivamente, para U\$50 bilhões e U\$25 bilhões, com crescimento real de entre 10% e 11% no período.

Ou seja, mesmo que uma pessoa tenha grande sucesso em alguma parte da sua vida em algum empreendimento, dificilmente esta conseguirá tê-lo durante toda sua vida – porém, a partir de um certo ponto, sua riqueza passará a se reproduzir em escala maior que a riqueza média independentemente do trabalho do empreendedor (supondo que este contrate firma de gestão financeira).

1.8. Uma proposta de tributação progressiva sobre o capital

Para o século XXI, o atual Estado social existente nos países desenvolvidos é insuficiente para dirimir ou mesmo atenuar o processo de divergência socioeconômica identificado nos países capitalistas desde o início do século XX.

Com o objetivo de contrabalancear a dinâmica $r > g$ (agravada pelos retornos desiguais do capital) e evitar que a corrosão dos valores democráticos e meritocráticos sobre os quais as sociedades capitalistas se sustentam, é necessária tributação global progressiva sobre o capital. Para tanto seria necessário tributar o centil mais rico – em níveis similares à tributação no período pós-guerra (cerca de 80%) e, progressivamente, os menos ricos.

A principal diferença dessa proposta para os instrumentos já existentes é sua atuação sobre todos os tipos de ativos, sem exceções. Taxar todos os tipos de ativos é essencial para se obter a maior transparência possível, gerando os dados necessários ao escrutínio público e enriquecer o debate democrático sobre tributação. Desta forma, seria possível que cada sociedade decidisse o quanto e como destinar parte da sua renda com gastos sociais. Uma forma de se realizar isso sem comprometer a atividade econômica é taxar simbolicamente os setores (a, por exemplo, 0,1%).

É necessário considerar-se que o retorno do capital pode ser bastante imprevisível na esfera individual, ou seja, uma empresa pode eventualmente incorrer em prejuízo devido a uma infinidade de motivos – e não somente devido à incompetência de seus gestores. Portanto, um tributo sobre o capital baseado unicamente sobre o valor de mercado dos ativos seria exagerado em indivíduos passando por dificuldades temporárias. Visto isso, a composição da tributação sobre o capital deve ser uma ponderação de tributos sobre a renda do capital, sobre a herança e sobre o estoque de capital.

Para evitar crises de evasão de capital, esta deve ser uma proposta global – portanto, exigindo alto nível de cooperação internacional, tanto entre Governos quanto entre estes e o sistema bancário. O papel deste último seria similar ao já assumido, no sistema tributário atual, pelos empregadores, que são obrigados a fornecer informações às autoridades fiscais. Ao mesmo tempo, seria necessária também eventual retaliação internacional a paraísos fiscais para combater sonegação fiscal.

II. DADOS SOBRE A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA BRASILEIRA E A RELAÇÃO COM O ESTUDO DE PIKETTY

2.1. Introdução

Este capítulo tem por objetivo expor dados os dados disponíveis sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil de forma que seja minimamente possível traçar pontos de convergência e divergência sobre o processo de distribuição da renda entre o Brasil e o dos países abordados no trabalho de Piketty.

Primeiramente, serão apresentadas as informações disponíveis sobre a evolução da concentração de renda e riqueza. As principais fontes para este estudo serão estudos baseados nas pesquisas domiciliares, principalmente a PNAD, pesquisas sobre a distribuição funcional da renda (DFR) e estudos recentes com base em dados tributários, em especial, os estudos de Medeiros *et alii* (2014) e Castro (2014).

A seguir, serão apresentados estudos sobre a evolução da carga tributária no Brasil. Esta seção será dividida em duas subseções: a primeira subseção apresentará dados sobre a evolução dos gastos sociais no e a segunda abordará o problema da regressividade na carga tributária.

Por fim será feita uma comparação, ressaltando-se as limitações de dados do presente trabalho, entre a trajetória do processo de distribuição da renda e riqueza no Brasil e o processo apresentado por Piketty, exposto no primeiro capítulo deste trabalho.

2.2. A distribuição de renda

2.2.1. A distribuição no longo prazo segundo dados de pesquisas domiciliares

No século XX, o Brasil se caracterizou por ser um país com extrema desigualdade socioeconômica, não somente se comparado a países desenvolvidos, mas também se comparado a países com similar desenvolvimento econômico.

Foi apenas no final da década de 1960 que começaram a surgir os primeiros estudos bem fundamentados sobre a distribuição de renda no Brasil, baseados principalmente no Censo Demográfico de 1960 e na primeira Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1967 – ambas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em termos de concentração de renda, é possível separar o período compreendido entre 1960 e 2012 em dois: 1960 a 1995, período em que houve concentração de renda, e 1995 até 2012, período em que houve desconcentração da renda.

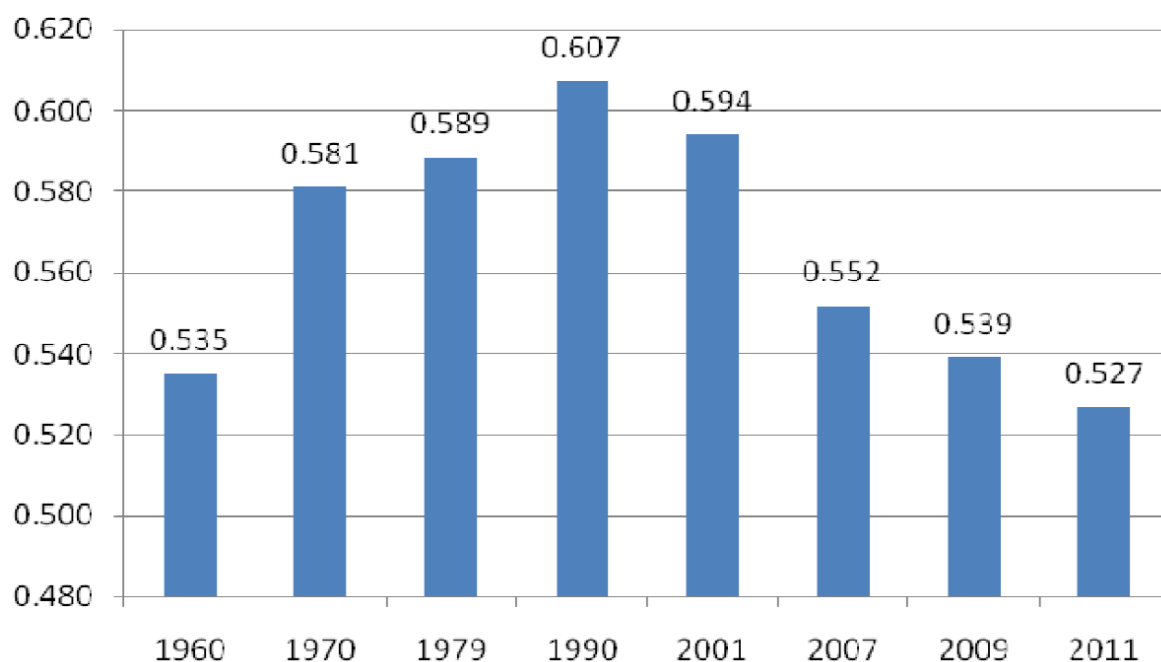
No primeiro período, houve forte movimento de concentração da renda, apesar do crescimento econômico que o acompanhou. Como destaca Barros e Mendonça (1992), entre 1960 e 1990, o PIB cresceu a uma média de 3,0%, ao passo que o coeficiente de Gini evoluiu de 0,5 para 0,62 no mesmo período.

Barros e Mendonça (*op. cit.*) analisa o crescimento durante essas três décadas desagregando-o por décimos de distribuição. Nesse período, a renda do décimo mais bem remunerado cresceu a uma média anual de 3,2%, enquanto que os 50% mais pobres, a uma média anual de 1,3%, fato que se reflete na evolução do coeficiente de Gini supramencionada.

No segundo período, marcado pela estabilização monetária, há ligeira desconcentração da renda a partir de 1995, que se aprofunda a partir de 2001, como destaca o Comunicado do IPEA nº 155 (2012). Segundo este último, a aceleração da queda da desigualdade na primeira década do século XXI teve como principais indutores a crescente participação da renda do trabalho e os programas de transferência de renda.

Em 2011, o Brasil atingiu o menor coeficiente de Gini (0,527) desde 1960. Apesar disso, no mesmo ano, o país ainda se encontrava entre os 15 países com o maior índice do mundo. O gráfico 2.1 mostra a evolução deste índice desde 1960.

Gráfico 2.1. O índice de Gini no Brasil desde 1960



Fonte: Ipea, 2012, p. 8.

2.2.2. A distribuição baseada em dados tributários segundo Medeiros *et alii* (2014)

2.2.2.1. Objetivos e principais conclusões

O estudo de Medeiros *et alii* (2014) é o primeiro a estimar uma série temporal sobre concentração de renda no Brasil, utilizando como fonte dados tributários e metodologia similar à de Piketty (2013).

Como constata Hoffman e Ney (2008) e Medeiros *et alii* (2014), as pesquisas domiciliares amostrais tendem a subestimar a concentração de renda nas camadas mais bem remuneradas. Esse fato decorre basicamente da omissão (voluntária ou não) de remunerações do capital em forma de juros e dividendos.

Com esse fato em vista, Medeiros *et alii* (*op. cit.*) realiza em seu estudo a primeira estimativa de concentração de renda entre os ricos calculada a partir de dados de declaração de Imposto de Renda e Pessoa Física (IRPF) no Brasil. As principais medidas calculadas foram as rendas anuais apropriadas pelos dos 0,1%, 1% e 5% mais ricos no país, no período entre 2006 e 2012.

Os principais resultados obtidos pelo estudo são: uma maior concentração no topo da distribuição de renda do que o que mostram as pesquisas domiciliares para o mesmo período, e uma estabilidade dessa concentração no período pesquisado.

2.2.2.2. Metodologia

A unidade tributária considerada no estudo é o indivíduo, ou seja, considera-se que cada declaração corresponde a uma pessoa. Para casais, é possível realizar declarações em conjunto, mas em geral, esta opção não é vantajosa para indivíduos com rendas elevadas.

A renda bruta considerada foi a soma de todos os rendimentos tributáveis, isentos e sujeitos à tributação exclusiva. Os declarantes de DIRPF são o conjunto de pessoas físicas que receberam rendimentos acima de valores que variam para cada ano, realizaram operações em bolsas de valores, obtiveram ganhos de capital acima de determinado valor, ou tiveram a posse ou a propriedade de bens ou direitos acima de valores estabelecidos pela legislação vigente. Portanto, uma vez que nem todos os indivíduos com rendimentos são obrigados a entregar a DIRPF, tem-se que a renda bruta utilizada é menor que a população com rendimentos.

É importante ressaltar que foram retiradas declarações com valores extremos ou notadamente inconsistentes, quando inspecionadas individualmente e constatado que havia indicações de que se tratava de erros de declaração. A população total considerada foi a população residente de 18 anos ou mais, prevista nas projeções oficiais do IBGE para a revisão de 2013.

Para se obter frações exatas da população, a fim de analisar as diferentes proporções no topo da renda, utilizou-se a interpolação de Pareto, método amplamente utilizado na literatura internacional. Utilizou-se o procedimento de Feenberg e Poterba (1993), adotando-se o limite inferior da categoria de renda observada que fosse mais próximo do quantil da distribuição a estimar, uma vez que os parâmetros da função de Pareto variam conforme a categoria de renda. Ainda assim, é possível que haja subestimação do nível de desigualdade no topo extremo, pois a função de Pareto pode ter inclinação insuficiente para representar de forma adequada os mais elevados níveis de renda (Brzezinski, 2014).

O denominador para a renda total ideal foi construído utilizando-se a definição de renda dos dados tributários. Os valores dos rendimentos correspondem aos valores das Contas

Econômicas Integradas (CEI). Da mesma forma, os valores dos alugueis imputados correspondem aos valores encontrados na Tabela de Usos e Recursos (TRU).

Para o setor institucional “famílias”, o denominador da renda total corresponde ao cálculo: excedente operacional bruto *mais* ordenados e salários *mais* o rendimento misto bruto *mais* juros *mais* dividendos e retiradas *mais* benefícios sociais (excluindo-se transferências em espécie) *mais* as outras transferências correntes, *menos* os alugueis imputados. O resultado obtido será, portanto, chamado de Renda Monetária Familiar (RMF).

Como o denominador ideal necessita dos valores publicados nas Contas Nacionais anuais, e estas não estavam disponíveis para o período de 2010 a 2012, optou-se por método alternativo, utilizando-se as Contas Nacionais trimestrais para todo o período de 2006 a 2012. Para os anos de 2006 a 2009, a RMF representou, em média, 66,7% do Produto Interno Bruto (PIB). O valor será o utilizado para definir a renda monetária no estudo de Medeiros *et alii* (2014).

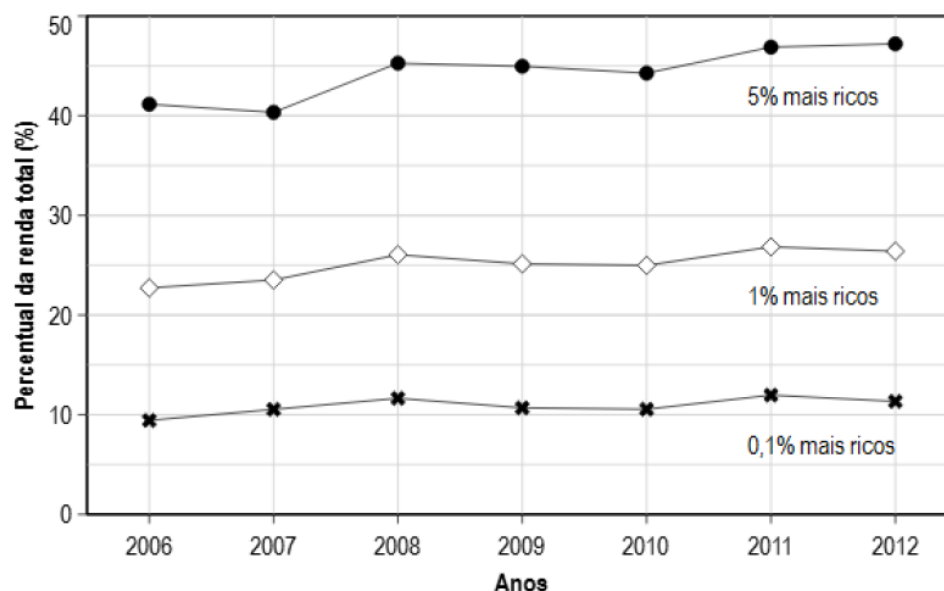
2.2.2.3. O nível e a evolução da desigualdade nos dados da DIRPF

Os resultados da pesquisa apontam para substancial apropriação da renda pelos mais ricos, sem mudanças claras no período. Em média, os 0,1%, 1% e 5% mais bem remunerados apropriaram 11%, 25% e 44% da renda, respectivamente. Para se ter em perspectiva o nível da desigualdade, nos países continentais desenvolvidos europeus, para o mesmo período, os 0,1% e 1% mais bem remunerados apropriaram, em média, 3% e 9%, respectivamente.

Tendo em vista que o denominador da renda total utilizado influencia de forma significativa o nível de desigualdade estimado, foi analisada no gráfico 2.3 a parcela apropriada pelo 1% mais bem remunerado no Brasil sob a ótica de 4 denominadores diferentes.

A série “66,7% do PIB” é a representada no gráfico 2.2 e utiliza o denominador obtido através das Contas Nacionais trimestrais. A série RMF utiliza o denominador ideal, calculado através das Contas Nacionais, mas que só pode ser calculado para o período de 2006 a 2009.

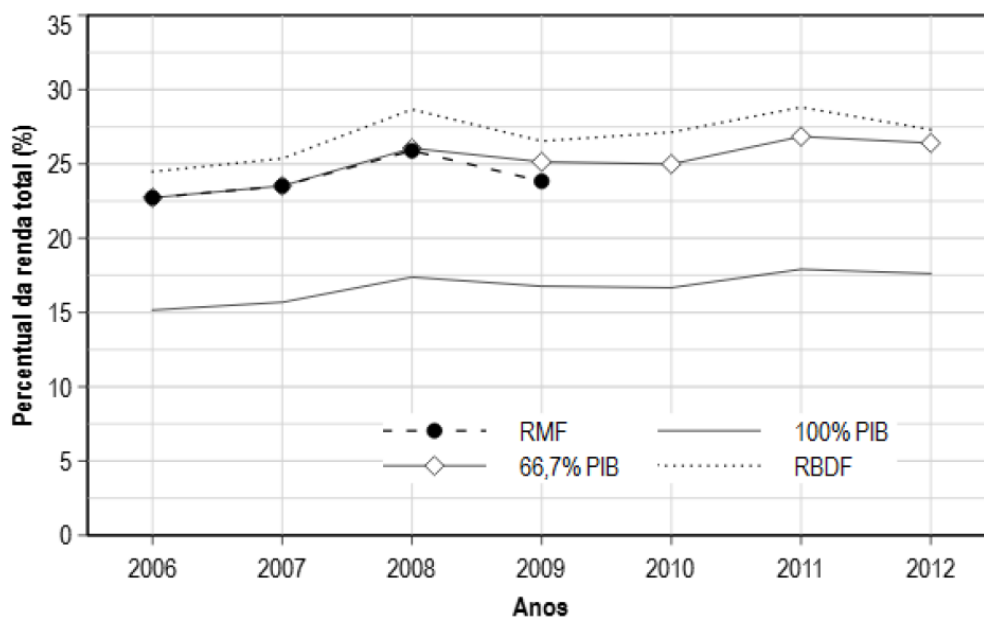
Gráfico 2.2. Percentual da renda total apropriado pelo 0,1%, pelo 1% e pelos 5% mais ricos no Brasil, 2006-2012



Fonte: Medeiros *et alii* (2014), p. 14.

A série “100% do PIB” adota o valor do PIB como denominador. Já a série “RBDF” foi calculada utilizando-se como denominador para a renda total o a soma da despesa final de consumo e poupança do setor institucional “famílias”, ou seja, a renda disponível bruta das famílias, obtida na CEI. Da mesma forma que a série “RMF”, a série “RBDF” só pôde ser calculada para o período de 2006 a 2009. Para o período restante, obtiveram-se os valores correspondentes à razão média observada entre a RBDF e a DCFI para os anos de 2006 a 2009.

Gráfico 2.3. Percentual da renda apropriada pelo 1% mais rico com diferentes definições de renda total no Brasil, 2006-2012



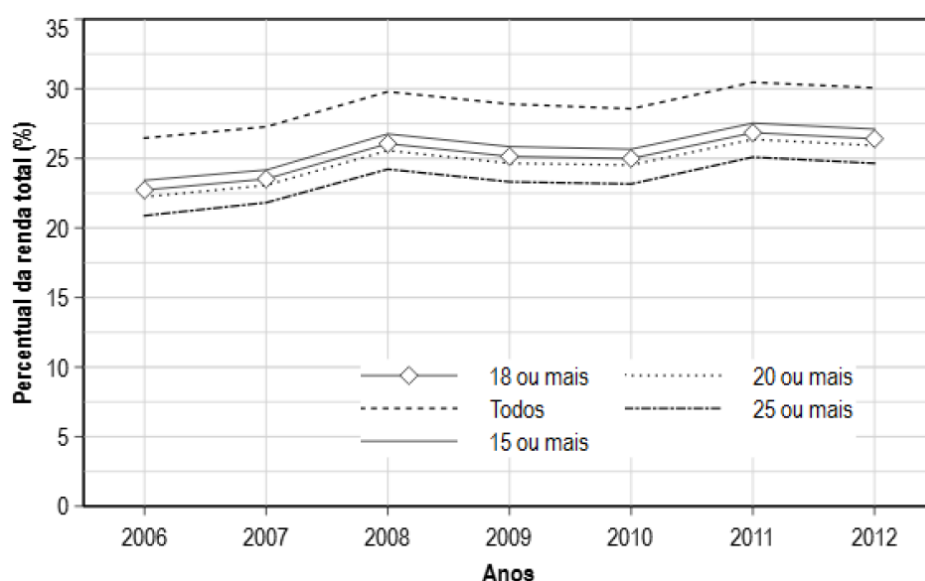
Fonte: Medeiros *et alii* (2014), p. 16.

Com exceção da série “100% do PIB”, houve pouca diferença nos resultados. Uma vez que o PIB é um conceito bem mais amplo que a receita monetária das famílias, o resultado para essa série é pouco realista. Em todas as séries, porém, nota-se tendência de estabilidade no topo da distribuição.

Da mesma forma, testaram-se os resultados para diferentes denominadores de população. Obviamente, quanto mais baixa for a faixa etária incluída no denominador, menor será a concentração representada no topo da renda. No gráfico 2.4, foram representadas séries utilizando-se como denominadores para renda população de 18 anos ou mais (série “18 ou mais”), de 15 anos ou mais (série “15 ou mais”), de 20 anos ou mais (série “20 ou mais”), de 25 anos ou mais (série “25 ou mais”) e, por fim, foi utilizada como denominador a população total (série “Todos”).

É interessante ressaltar que em 2010, menos de 10% das declarações foram relativas a pessoas com 20 anos ou menos. No gráfico 2.3, a população utilizada foi de 18 anos ou mais e no gráfico 2.4, todas as séries foram calculadas utilizando-se como denominador para a renda total, o mesmo utilizado na série “66,7% do PIB”.

Gráfico 2.4. Percentual da renda apropriada pelo 1% mais rico com diferentes definições de população total no Brasil, 2006-2012



Fonte: Medeiros *et alii* (2014), p. 18.

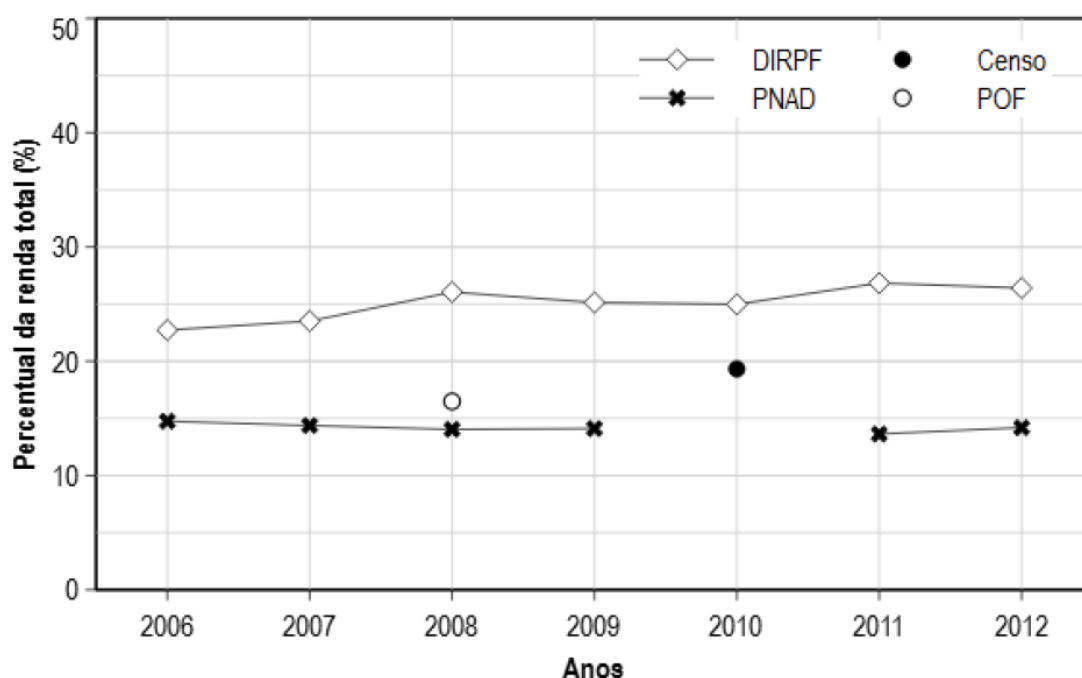
Nota-se, tanto pelo gráfico 2.3 quanto pelo gráfico 2.4, que apenas as opções extremas para denominadores da renda total e população afetam de forma significativa a concentração no topo da renda.

2.2.2.4. Comparação com pesquisas domiciliares

No mesmo estudo, Medeiros *et alii* (2014) compara seus resultados aos dados das pesquisas domiciliares, PNAD's (não foi a campo em 2010, em virtude do Censo), Pesquisa de Orçamentos Familiares (realizada em 2008) e Censo Demográfico (de 2010). Para possibilitar comparação entre as pesquisas, foi considerada a renda individual de todas as fontes, das pessoas com 18 ou mais, mantendo assim, distribuições equivalentes.

Os gráficos 2.4 e 2.5 mostram o quanto os 1% e 5% mais bem remunerados, respectivamente, apropriaram no período, segundo cada fonte. O primeiro ponto a se ressaltar é a superioridade do nível de desigualdade da série DIRPF em relação às demais. Em ambos os gráficos as PNAD's reproduzem as mais baixas estimativas para a concentração de renda no topo, com o percentil mais bem remunerado apropriando cerca de 15% da renda (contra cerca de 25% da DIRPF), ao passo que os 5% mais bem remunerados apropriam, em média, 35% (contra 45% da DIRPF).

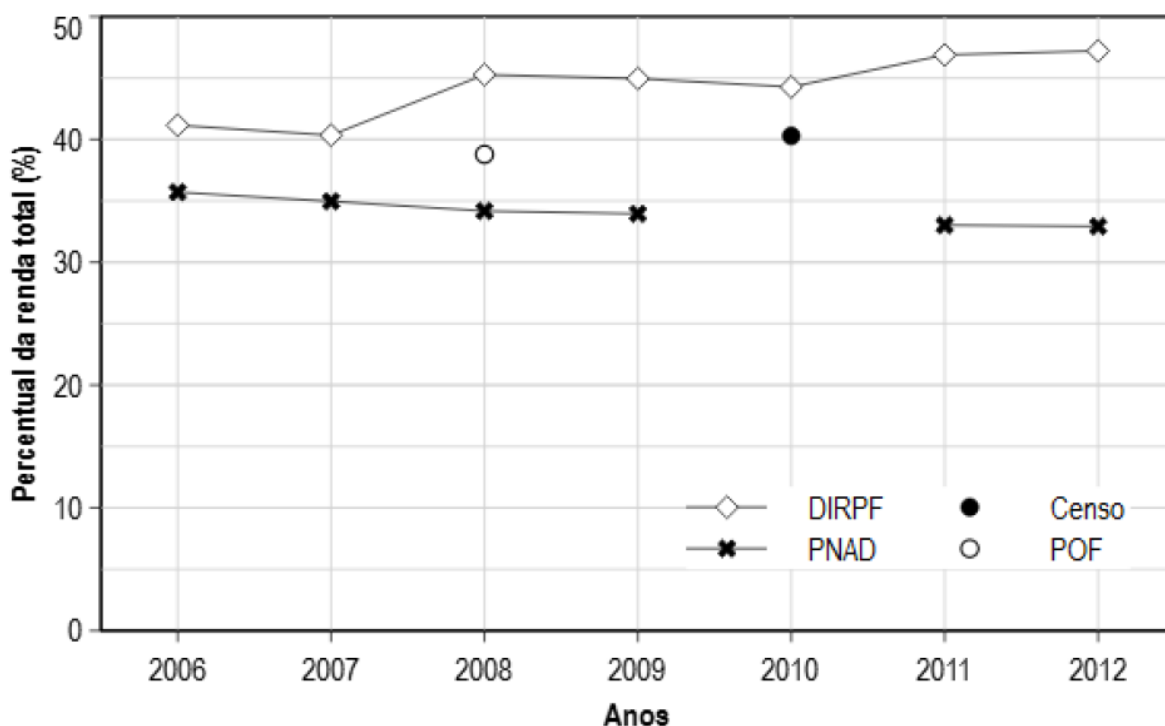
Gráfico 2.5. Fração da renda total apropriada pelo 1% mais rico nos dados tributários e nas pesquisas domiciliares no Brasil, 2006-2012



Fonte: Medeiros *et alii* (2014), p. 22.

Os valores de concentração estimados a partir do Censo de 2010 são significativamente mais elevados que os da PNAD. Isto decorre da amostragem bem maior do Censo, que torna possível captar melhor a distribuição no topo, como ressalta Souza (2013).

Gráfico 2.6. Fração da renda total apropriada pelos 5% mais ricos nos dados tributários e nas pesquisas domiciliares no Brasil, 2006-2012



Fonte: Medeiros *et alii* (2014), p. 22.

Outros dois pontos que Medeiros *et alii* (2014) ressalta é a relação entre a maior divergência das estimativas entre as fontes nos pontos mais altos da distribuição (percebe-se maior diferença entre as fontes para o 1% mais rico, que para os 5%), e que a tendência recente de queda na concentração da renda geral observada no Brasil não se reflete no topo da distribuição, em qualquer das fontes analisadas.

2.2.3. A distribuição funcional da renda

Para entender o processo de concentração da renda, é necessário também analisar, a partir dos fatores utilizados na produção, a repartição da renda gerada no processo distributivo, ou seja, a distribuição funcional da renda (DFR).

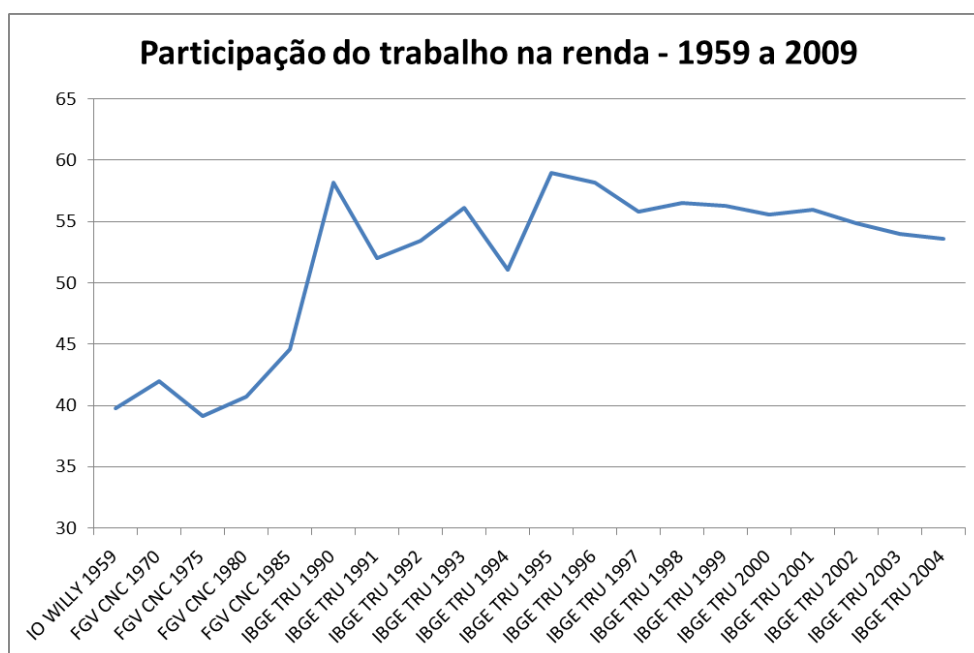
O estudo de Considera e Pessoa (2013) estima a participação da renda do trabalho na distribuição funcional da renda no Brasil, para o período de 1959 a 2009. Foi utilizado mesmo método que Piketty (2013) utilizou para estimar o coeficiente “ α ” (participação da renda do capital na renda total), de distribuir o rendimento misto bruto proporcionalmente entre os valores do rendimento do trabalho e excedente operacional bruto.

A estimativa obtida no estudo mostra relativa estabilidade da participação da renda do trabalho, desde 1959 até 2009, no Brasil, em cerca de 52,6%. Média significativamente inferior a de países desenvolvidos e de países de similar desenvolvimento econômico ao Brasil – segundo Piketty (*op.cit.*), essa média ficou em cerca de 70% para Inglaterra e França ao longo do século XX.

Para estimar a participação dos rendimentos do trabalho neste período, foram utilizados dados das Contas Nacionais. Os dados utilizados foram obtidos da decomposição do valor adicionado entre ‘remunerações de assalariados’ e ‘excedente operacional bruto puro’, sendo que a categoria ‘rendimento misto bruto’ foi dividida proporcionalmente entre os dois grupos anteriores. O cálculo foi realizado através da fórmula: [remunerações de assalariados/(remunerações + excedente operacional bruto puro)] – distribuindo-se o rendimento dos autônomos proporcionalmente entre as remunerações e excedente.

A média para o período inteiro ficou em 52,6% e para 1990 a 2009, ficou em 55,5%. Considera e Pessoa (2013) aponta que a média obtida é menor que a média, tanto de países desenvolvidos como países em desenvolvimento, mas ressalta que a participação da renda no trabalho no Brasil pode ser subestimada devido ao alto grau de informalidade no mercado de trabalho. Segundo o estudo, provavelmente, a participação de remuneração de capital nesses rendimentos é baixa, fato que, se constatado, subestimaria a remuneração do trabalho dentro dos rendimentos dos autônomos. O gráfico 2.6 mostra a evolução das estimativas do estudo.

Gráfico 2.7. Participação da renda do trabalho na renda total no Brasil, 1959-2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Considera e Pessoa (2013), p. .

2.3. A distribuição da riqueza no Brasil no longo prazo

Diferentemente da distribuição da renda, os estudos da distribuição da riqueza no Brasil são escassos até os dias de hoje. Dois dos principais estudos sobre o assunto são os trabalhos de Pochmann *et alii* (2005) e, mais recente, Castro (2014).

A perpetuação da enorme concentração do capital no Brasil constitui um dos mais marcantes aspectos da desigualdade socioeconômica brasileira, como destaca Pochmann (2006). Em Pochmann *et alii* (2005), estima-se que desde o final do século XVIII, a riqueza apropriada pelos 10% mais ricos gire em torno de 70%. Segundo o mesmo estudo, este percentual chegou ainda a aumentar ligeiramente em fins do século XX, chegando a 75% da riqueza nacional.

Pochmann *et alii* (*op. cit.*) destaca ainda a manutenção deste perfil de alta exclusão patrimonial apesar dos vários ciclos políticos e econômicos. Mesmo após os processos de Independência, instauração da República e abolição da escravidão, o perfil distributivo do país permaneceu virtualmente inalterado, sem afetar desfavoravelmente a classe dos ricos.

Há de se destacar, neste ponto, a crucial diferença entre a trajetória do Brasil, e a trajetória dos países desenvolvidos, destacada por Piketty (2014), em que este último aponta a mudança estrutural no perfil distributivo destes países ocorrida em meados do século XX, no período

entreguerras. Período em que surge a classe que o autor denomina de “classe média patrimonial”, que passa a apropriar, em média, cerca de 1/3 do patrimônio nacional, fazendo com que o percentual dos 10% mais ricos nestes países caísse para algo entre 60%.

Segundo dados apresentados por Castro (2014), no universo de declarantes do IRPF, o patrimônio declarado dos 1,5% mais ricos corresponde a cerca de 47% do patrimônio total declarado (o 1% mais rico nos países desenvolvidos europeus apropria cerca de 25% da riqueza). É importante ressaltar que esta proporção é potencialmente maior se for levada em consideração a subestimação das declarações em decorrência de evasões fiscais.

Castro (*op. cit.*) estima, para os anos de 2006, 2009 e 2012, o índice de Gini brasileiro para a concentração de riqueza utilizando dados tributários. O autor obtém índices equivalentes, respectivamente, a 0,860, 0,850 e 0,849 que, apesar de ligeiramente decrescentes para o período, confirmam a concentração ainda extremamente alta.

2.4. A carga tributária no Brasil

2.4.1. A evolução dos gastos sociais através do século XX

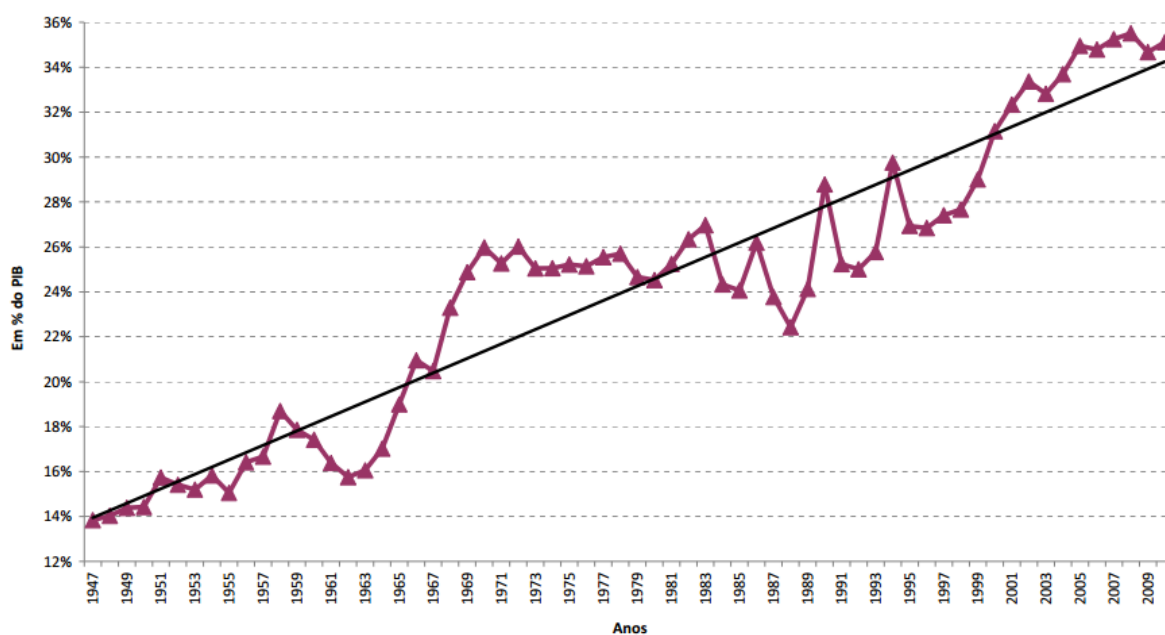
A história da constituição dos gastos sociais no Brasil é essencialmente similar à dos países desenvolvidos, tendo como seus primeiros traços, em fins do século XIX, iniciativas de seguridade social direcionadas à manutenção de renda do trabalhador e, em extensão, à sua família (Kerstenetsky, 2012). Primeiramente, esse fato alcançava servidores do Estado (militares e civis), e mais tarde, passou a abarcar trabalhadores industriais e do comércio (Kerstenetsky, *op. cit.*).

Ainda segundo Kerstenetsky (2012), destaca-se uma importante diferença entre os processos de evolução do Estado de Bem-Estar no Brasil e nos países desenvolvidos: o ritmo de expansão dos gastos sociais, que ocorreu de forma acelerada nos países desenvolvidos e de forma lenta no Brasil. Como principal resultado dessa diferença, Kerstenetsky (*op. cit.*) aponta a escassa cobertura populacional e, principalmente, o pequeno impacto sobre a desigualdade econômica dessas políticas sociais, que se concentraram na legislação do trabalho e seguridade social por muitas décadas.

De 1930 ao início do século XXI, Kerstenetsky (2012) afirma que é possível identificar 3 fases distintas da evolução dos direitos sociais no Brasil. Segue-se a descrição destas nas palavras da autora:

“(…) os anos de *bem-estar corporativo*, entre 1930-1964, nos quais se desenharam e implementaram as legislações trabalhistas e previdenciárias, fase que se estende de modo principalmente inercial e incremental entre 1946 e 1964; o período de *universalismo básico*, compreendido entre os anos 1964 e 1984, quando se unificou e estendeu, de modo diferenciado, a cobertura previdenciária para estratos sociais tradicionalmente excluídos e se criou um segmento privado simultaneamente a um público na saúde, este último voltado para os não cobertos pelos segmentos contributivo e privado; e o período pós-1988, com a institucionalização da assistência social, a fixação de um mínimo social, a extensão da cobertura previdenciária não contributiva, a criação de um Sistema Único de Saúde e, mais recentemente, a política de valorização do salário-mínimo, prenunciando não sem percalços um *universalismo estendido*.”

Gráfico 2.8. Evolução da carga tributária no Brasil no pós-guerra



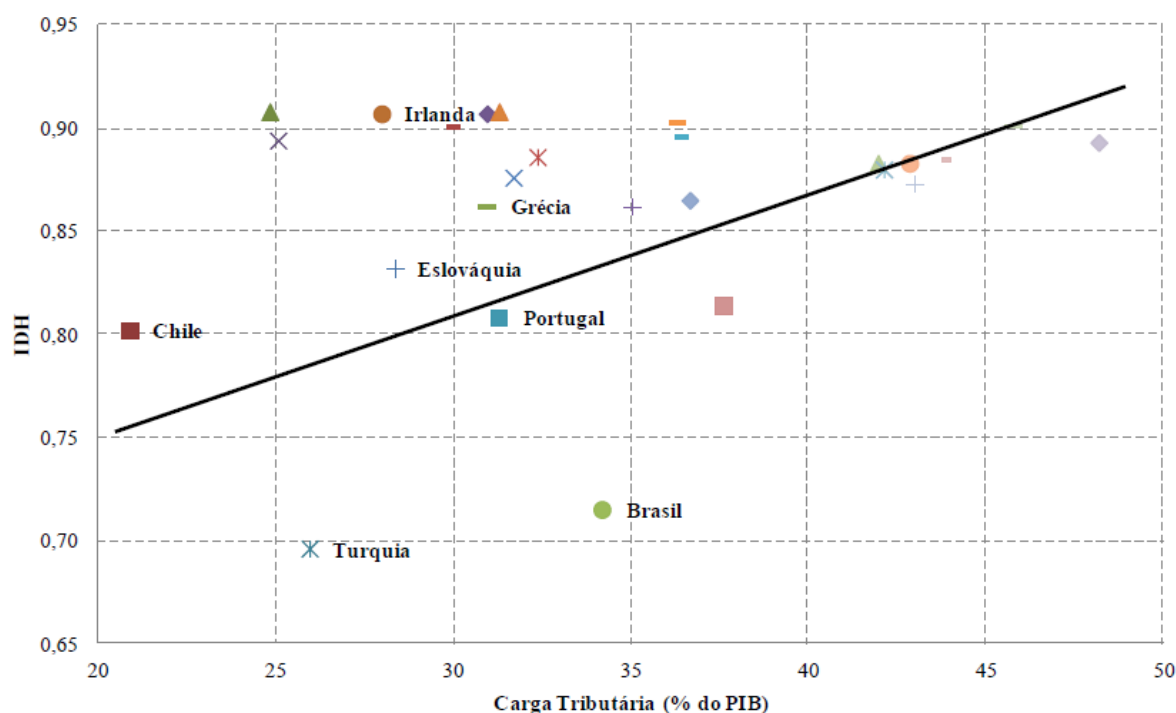
Fonte: Kerstenetsky,(2012), p. 254.

À evolução dos gastos sociais, acompanha a evolução da carga tributária, necessária ao financiamento das novas funções assumidas pelo estado. Segundo Afonso e Castro (2012), a carga tributária em porcentagem do PIB cresceu, de 14% em 1947 para 35% em 2010 (ver gráfico 2.8).

2.4.2. A regressividade da carga tributária brasileira

Existe consenso na literatura econômica brasileira sobre a peculiar regressividade na carga tributária do país. Apesar de ter carga tributária de nível equivalente ao de países desenvolvidos, cerca de 37% do PIB atualmente, porém maior do que o de países de similar nível de IDH ou de PIB per capita, como mostra o gráfico 2.9:

Gráfico 2.9. Carga Tributária x IDH: Países Seleccionados –2010



Fonte: Afonso *et alii*, (2013), p. 19.

Uma das principais causas dessa posição destoante retratada no gráfico 2.9 seria a excessiva tributação sobre o consumo de bens e serviços. Visto que o consumo toma maior parcela das rendas das classes mais baixas da renda do que nas classes mais altas, essa distorção contribui no sentido de aumentar a desigualdade e reduzir a competitividade das firmas no Brasil.

Ribeiro *et alii* (2010) analisa a evolução da carga tributária brasileiro no período pós Plano Real (1995 a 2008), e conclui que, apesar de possibilitar maiores transferências de renda às classes mais pobres, o grande aumento detectado na carga tributária neste período (ver gráfico 2.7) foi acompanhado também de aumento na regressividade desta última.

Segundo Ribeiro *et alii* (*op. cit.*), de 1995 a 2003, a carga tributária total aumentou consideravelmente, de 26,4% do PIB para 31,9%. A incidência da carga tributária total sobre as famílias que ganhavam até 2 salários mínimos era da ordem de 28,2% no início do período e passou para 48,8%, enquanto que a carga incidida sobre as famílias que ganhavam acima de 30 salários mínimos passou de 17,9% para 26,3%. O esforço tributário adicional imposto sobre as famílias mais pobres entre 1996 e 2003 pode ser contemplado na tabela a seguir.

Tabela 2.1. Carga direta e indireta sobre a renda total das famílias, 1996 e 2003

Carga tributária direta e indireta sobre a renda total das famílias (1996 e 2003)							
Renda mensal familiar em salários mínimos	Tributação direta (% da renda familiar)		Tributação indireta (% da renda líquida das famílias)		Carga tributária total		Acréscimo de carga tributária entre 1996 e 2003
	1996	2003	1996	2003	1996	2003	
Até 2	1,7	3,1	26,5	45,8	28,2	48,8	20,6
2 a 3	2,6	3,5	20,0	34,5	22,6	38,0	15,4
3 a 5	3,1	3,7	16,3	30,2	19,4	33,9	14,5
5 a 6	4,0	4,1	14,0	27,9	18,0	32,0	14,0
6 a 8	4,2	5,2	13,8	26,5	18,0	31,7	13,7
8 a 10	4,1	5,9	12,0	25,7	16,1	31,7	15,6
10 a 15	4,6	6,8	10,5	23,7	15,1	30,5	15,4
15 a 20	5,5	6,9	9,4	21,6	14,9	28,4	13,5
20 a 30	5,7	8,6	9,1	20,1	14,8	28,7	13,9
Mais de 30	10,6	9,9	7,3	16,4	17,9	26,3	8,4

Fonte: Ribeiro *et alii* (2010), p. 137.

2.5. A evolução da desigualdade no Brasil sob a ótica de Piketty

2.5.1. A trajetória da desigualdade brasileira vs Piketty

Antes de se iniciar a comparação entre o estudo de Piketty e o caso brasileiro, é necessário ressaltar que este estudo possui importantes limitações de dados necessários a uma análise completa. Portanto, o objetivo deste consiste apenas em apontar os pontos convergentes e divergentes mais claros, cujos dados disponíveis o permitem fazer.

No estudo de Piketty e em seus gráficos de concentração de renda, riqueza e evolução do indicador capital produto, destaca-se a forma em “U” das curvas. Esta forma é, segundo o autor, consequência dos choques sofridos pelo capital (e pelos proprietários deste) em decorrência da guerra, tanto políticos como de destruição física do capital.

Comparando-se com a trajetória da concentração da riqueza e da renda no Brasil, este ponto do trabalho assume extrema importância, uma vez que no caso brasileiro não ocorreu esse choque ao capital e, portanto, nunca houve o processo de tributação pesadamente progressiva (houve, na verdade, um processo contrário – regressivo) como houve nas economias desenvolvidas da Primeira Grande Guerra até os anos 1970’s.

Como mostram as estimativas de Pochmann (2005) sobre a extrema concentração de riqueza desde o século XIX, não surgiu no Brasil o que Piketty denomina “a nova classe média patrimonial”, que nos países desenvolvidos passou a apropriar cerca de 1/3 da riqueza nacional a partir de meados do século XX em decorrência da pesada tributação sobre o patrimônio e as grandes rendas.

Pochmann (2006) aponta a estabilidade secular de concentração do poder político no Brasil, à qual o autor atribui a ausência de democracia consolidada no país. De fato, desconsiderando-se o período da República Velha (onde o voto era censitário e aberto), o Brasil possui menos de 50 anos de governo democrático.

A ausência de reforma tributária ao longo do capitalismo brasileiro se reflete na participação peculiarmente alta da renda do capital, desde a década de 1950, como aponta Considera e Pessoa (2013). Segundo o estudo, a participação da renda do trabalho no Brasil é inferior não só em comparação a países desenvolvidos, como também em comparação a países em desenvolvimento.

Como reflexo dessa trajetória marcada por ausência de reformas fundiária e tributária, tem-se a concentração de renda constatada nos estudos de Medeiros *et alii* (2014) e Castro (2014), que mostram uma amplitude do problema da concentração maior do que a comumente relatada na literatura até o momento, bem como a sua estabilidade no topo da distribuição entre 2006 e 2012.

Na mesma linha de pensamento, Considera e Pessoa (2013) aponta melhora na distribuição da renda do trabalho recente em virtude, principalmente, de avanços na educação e de políticas de melhoria do salário mínimo. Ainda assim, o estudo alerta para limites a este tipo de política – que segundo os autores, pode estar associado a uma aceleração da inflação – e para a necessidade de se reduzir a participação da renda do capital, com o fim de melhorar a distribuição funcional da renda e, conseqüentemente, a distribuição pessoal da renda (Considera e Pessoa, 2013, *citando* Bastos, 2012).

2.5.2. A proposta de Piketty para o caso brasileiro

A proposta de Piketty consiste basicamente em uma taxa global sobre o capital de forma a impedir que este se reproduza a taxas significativamente maiores que a taxa de crescimento da economia. Apesar de considerar a taxa global uma opção utópica pelo grau de cooperação internacional que demandaria, o autor defende ainda a taxação sobre o capital, mesmo que em níveis simbólicos, por considerá-la um meio de monitorar a distribuição da riqueza e da renda de forma mais eficiente.

Existem no Brasil estudos com propostas similares à de Piketty. Considera e Pessoa (2013) propõe para o caso brasileiro política de redução de juros, com objetivo de acelerar o processo de acumulação de capital no setor produtivo e reduzir sua remuneração. Ao passo que tributação sobre a propriedade da terra e de imóveis seria uma ferramenta de melhorar a distribuição da renda pessoal via melhora de distribuição da riqueza.

Considerando-se que os países desenvolvidos já realizaram reforma tributária democrática no passado e possuem atualmente carga tributária mais progressiva que a brasileira (Afonso *et alii*, 2013), a proposta de uma reforma tributária adquire ainda maior importância no Brasil, uma vez que possibilitaria reduzir a remuneração do capital e desonerar a tributação indireta (reduzindo a carga incidida sobre as classes mais baixas).

Apesar de não ser tributarista, Feghali (2014), baseada em Ribeiro (2010), defende tributação sobre grandes fortunas. Em sua proposta, a taxa incidiria sobre menos de 40 mil contribuintes, com expectativa de arrecadação, baseada em estudo do IPEA, de R\$ 12,8 bilhões anuais. Ainda segundo a autora, 74% dessa arrecadação recairia sobre apenas 900 indivíduos, cujas fortunas ultrapassariam cerca de R\$ 120 milhões. A tabela a seguir mostra as alíquotas por faixas de contribuição.

Tabela 2.2. Contribuições por faixa de patrimônio segundo a proposta de Feghali

Valor do Patrimônio (R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir (R\$)
De R\$ 4.000.000,01 a R\$ 7.000.000,00	0,40%	16.000,00
De R\$ 7.000.000,01 a R\$ 12.000.000,00	0,50%	23.000,00
De R\$ 12.000.000,01 a R\$ 20.000.000,00	0,60%	35.000,00
De R\$ 20.000.000,01 a R\$ 30.000.000,00	0,80%	75.000,00
De R\$ 30.000.000,01 a R\$ 50.000.000,00	1,00%	135.000,00
De R\$ 50.000.000,01 a R\$ 75.000.000,00	1,20%	235.000,00
De R\$ 75.000.000,01 a R\$ 120.000.000,00	1,50%	460.000,00
De R\$ 120.000.000,01 a R\$ 150.000.000,00	1,80%	820.000,00
Acima de R\$ 150.000.000,00	2,10%	1.270.000,00

Fonte: Feghali, (2014).

CONCLUSÃO

Em seu livro, Piketty expõe reiteradamente o risco de as economias desenvolvidas regredirem à situação pré-guerra, de extrema concentração da riqueza e da renda, em virtude da força de divergência $r > g$, que permite ao capital reproduzir-se a taxas mais rápidas que o crescimento da economia (e da renda do trabalho) e, conseqüentemente, permite aos grandes proprietários capitalistas apropriarem maiores parcelas de riqueza e renda cada vez maiores ao longo do tempo.

Essa lógica pode ser estendida em certa medida ao processo de concentração no Brasil, uma vez que a persistente concentração da riqueza se refletiu em alta participação da renda do capital, observada ao longo do século XX. E permanece perpetuando uma pequena classe muito mais bem remunerada em relação ao resto da população.

Dessa forma, a proposta do autor de tributar a riqueza de forma que a disparidade $r > g$ diminua, e se possa redistribuir a renda e a riqueza de forma mais democrática converge com estudos brasileiros recentes sobre a distribuição da renda e riqueza (Considera e Pessoa, 2013; Medeiros *et alii*, 2014), e sobre a regressividade tributária (Afonso, Castro e Soares, 2013; Castro, 2014).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Volume 1. Brasília: IPEA, 2007.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.. A evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1960. Brasília: Texto para discussão n. 286. Ipea: dez., 1992. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2475/1/td_0286.pdf . Acesso em: março de 2015.

CASTRO, F. A. **Imposto de Renda da Pessoa Física: comparações internacionais, medidas de progressividade e redistribuição**. 2014. 115f.. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16511/1/2014_F%C3%A1bioAvilaDeCastro.pdf . Acesso em: março de 2015.

CONSIDERA, C. M; PESSOA, S. A. A distribuição funcional da renda no Brasil: 1959-2009. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 43, n. 3, dez. 2013. Disponível em: <http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/1421/1139> . Acesso em março de 2015.

FEGHALI J.. Uma injustiça tributária a enfrentar. **Jornal dos economistas**, Rio de Janeiro, n. 301, p. 7-8, ago. 2014.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do censo demográfico e das contas nacionais. **Econômica**, v. 10, n. 1, p. 7-39, 2008. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v10n1/rodolfo.pdf> . Acesso em: março de 2015.

IPEA. “Comunicado do Ipea n. 155, A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda”. Brasília: IPEA. 25 de setembro de 2012. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf . Acesso em: março de 2015.

KERSTENETSKY, Celia Lessa. O Estado do bem-estar social na era da razão: A reinvenção do estado social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006- 2012. Agosto, 2014. Disponível em: [http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685\(1\).pdf](http://iepecdg.com.br/uploads/artigos/SSRN-id2479685(1).pdf) .Acesso em: março de 2015.

PIKETTY, THOMAS. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, M. O desafio da distribuição equânime da renda e riqueza no Brasil. **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 5, n. 1, p. 89-105, 2006. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/economia/article/view/3846> . Acesso em: março de 2015.

POCHMANN, Márcio, et alii. **Atlas da exclusão social no Brasil, vol. 3.** 2 ed. Os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005. p.13-43.

RIBEIRO, J. A. C.; SANTOS, C. H. M.; CASTRO, J. A. (Org.). **Tributação e equidade no Brasil: um registro da reflexão do Ipea no biênio 2008-2009.** Brasília: Ipea, 2010. p. 125-136, 514 f..

SOUZA, P. H. G. F., A Distribuição de Renda nas Pesquisas Domiciliares Brasileiras: harmonização e comparação entre censos, pnads e pofs. Brasília: Texto para discussão do Ipea. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=18278 . Acesso em: março de 2015.